

## PRODUTIVIDADE RECORDE

- Tribunal julga 10% a mais de processos em 2015 e seccionais seguem mesmo ritmo crescente de produtividade
- Chegada de novos desembargadores federais e juízes federais substitutos contribui para ampliação da capacidade de atendimento na Primeira Região



# TREF 1



### ACESSO

Tribunal instala a primeira Unidade Avançada de Atendimento em Tangará da Serra/MT



### ESPECIAL

Plano de saúde não é obrigado a custear medicamento especial

# O PCTT pode ajudar você a organizar os arquivos do seu setor

O **Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade** (PCTT) habilita o servidor a classificar, avaliar e descrever os documentos de forma padronizada visando preservar as informações da instituição e a memória e cultura nacionais.



Uma campanha da Divisão de Arquivo e Memória Institucional (Diami) e da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação (Cojud) do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

A crise econômica globalizada que eclodiu no Brasil em 2015 e teve seus efeitos potencializados pelas graves denúncias de corrupção envolvendo a cúpula do governo e do partido que lhe dá sustentação afetou severamente os setores produtivos da economia e resultou em forte recessão. Para enfrentar esse difícil cenário, uma série de medidas foram adotadas pelo governo, entre as quais o remanejamento de recursos federais e o corte no reajuste de servidores públicos. Mesmo em meio ao caos econômico e político que impõe a todos a necessidade de economizar, a Justiça Federal da 1ª Região não se deu por vencida e conseguiu bons resultados em 2015, alcançando, inclusive, uma produtividade recorde. O TRF1 julgou mais de 170 mil processos, um aumento de 10% em relação ao ano anterior, e de 15% em relação a 2013. As 14 seções judiciárias que integram a Primeira Região não deixaram por menos: seguiram o padrão de qualidade e também conquistaram bons números em 2015, cumprindo sua missão de materializar a justiça perante seu jurisdicionado. Primeira Região em Revista fez um apanhado desse trabalho em nível de 1º e 2º Graus e mostra os números que representam o empenho de magistrados, servidores e demais colaboradores do Judiciário Federal da 1ª Região.

Ainda dentro da temática, a recessão econômica e a crise sociopolítica enfrentada pelo País trazem reflexos diretos nas perspectivas de futuro de cada um dos brasileiros, gerando insegurança e desmotivação. Para ajudar a analisar essa problemática, nossa revista traz a entrevista da psicóloga e escritora Edina Bom Sucesso, especialista em desenvolvimento de pessoas e organizações, que fala sobre como lidar com o momento atual, potencializar as habilidades emocionais e organizar as metas para 2016. Ela destaca a importância de desenvolver formas alternativas de consumo, de investir na capacitação profissional e dá dicas de como os líderes de equipes podem ajudar seus colaboradores a manter a motivação.

Esta edição também mostra as metas aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal para 2016 e a instalação da primeira Unidade Avançada de Atendimento (UAA) do TRF da 1ª Região, em Tangará da Serra/MT.

Entre outros assuntos, na editoria de Saúde, o leitor poderá se informar melhor sobre o famigerado Zika vírus, os sintomas e a relação com a microcefalia.

Boa leitura a todos!

Ivani Morais e Thainá Salviato  
Editoras

Assessoria de Comunicação Social  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

CÂNDIDO RIBEIRO - Presidente  
NEUZA ALVES - Vice-Presidente  
CARLOS MOREIRA ALVES - Corregedor Regional da 1.ª Região

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

JIRAIR ARAM MEGUERIAN  
OLINDO MENEZES  
MÁRIO CÉSAR RIBEIRO  
HILTON QUEIROZ  
ITALO MENDES  
JOSÉ AMILCAR MACHADO  
DANIEL PAES RIBEIRO  
JOÃO BATISTA MOREIRA  
SOUZA PRUDENTE  
MARIA DO CARMO CARDOSO  
FRANCISCO DE ASSIS BETTI  
ÂNGELA CATÃO  
MÔNICA SIFUENTES  
KASSIO MARQUES  
NÉVITON GUEDES  
NOVÉLY VILANOVA  
NEY BELLO  
CANDIDO MORAES  
MARCOS AUGUSTO DE SOUSA  
JOÃO LUIZ DE SOUZA  
GILDA SIGMARINGA SEIXAS  
JAMIL DE JESUS OLIVEIRA  
HERCULES FAJOS  
CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

**Diretor-Geral da Secretaria**  
Carlos Frederico Maia Bezerra

**Secretário-Geral da Presidência**  
Deyr Gomes Júnior

**Conselho Editorial:**  
Secretário-geral – Deyr Gomes Júnior  
Chefe da Assessoria de Comunicação Social – Ivani Morais (Reg. Prof. DF 2747)  
Diretora do Núcleo de Redação e Imprensa – Claudia Bernal - (Reg. Prof. DF 8222198)  
Repórter Thainá Salviato (Reg. Prof. DF 7686)

**Editora-Chefe**  
Ivani Morais

**Editora-Executiva**  
Thainá Salviato

**Redatores**  
Euvaldo Pinho, Ivani Morais (Reg. Prof. DF 2747), Jair Cardoso (Reg. Prof. DF 7577), Leonardo Costa (Reg. Prof. DF 10610), Ricardo Cassiano (Reg. Prof. DF 3026) e Thainá Salviato (Reg. Prof. DF 7686)

**Estagiárias**  
Abgail Melo, Amanda Martins e Eunice Calazans

**Colaboração**  
Supervisores das Seções de Comunicação Social das Seções Judiciárias da 1.ª Região

**Revisão**  
Lúcia de Souza

**Editoração**  
Jordânia J. Alves

**Fotos**  
Carlos Rodrigues, Euvaldo Pinho, Proforme, Ramon Pereira e Secos da 1.ª Região

**Chapas CTP**  
Studio produções gráficas

**Impressão**  
Gráfica do TRF da 1.ª Região

**Tiragem**  
1.000 exemplares  
Distribuição eletrônica em toda a 1.ª Região

**Contato**  
primeiraregioemrevista@trf1.jus.br

**Assessoria de Comunicação Social – Ascom**  
Praça dos Tribunais Superiores  
SAS Quadra 2, Bloco A, Edifício-Sede I, sala 3  
CEP: 70070-900  
Fones: (61) 3314.5367/79 Fax: (61) 3226.4985  
e-mail: ascom.trf1@trf1.jus.br



12 | Capa

Instalação de novos órgãos julgadores, como as Câmaras Regionais Previdenciárias, contribuiu para o desempenho recorde do Tribunal em 2015

## Acesse [www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)

**Serviços**

- Endereços e Telefones
- Peticionamento Eletrônico
- Citação e Intimação
- Cálculo de Custas e Despesas Processuais
- Certidão Online
- RPV e Precatórios
- Diário da Justiça
- Plantão Judicial
- Ouvidoria

Primeira Região em Revista/ Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Assessoria de Comunicação Social. – Vol. I, n.1 (maio 2010) - Brasília : TRF-1ª Região, 2010- . v.

Mensal  
Publicada também *on line*  
Continuação de: Revista Destaque  
ISSN 2238-3476 (publicação impressa)

I. Justiça Federal – Periódico I. Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Assessoria de Comunicação Social.

CDD 341.992

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca



## 34 PAINEL

Aprovadas as metas propostas pelo Comitê Gestor da Estratégia da JF para 2016



## 40 POR AÍ

Na primeira edição de 2016, Euvaldo Pinho mostra as paisagens das Pequenas Antilhas e a cultura diversificada da região



## 44 SAÚDE

Entenda melhor o Zika Vírus e sua relação com a microcefalia

## 6 ENTREVISTA

A psicóloga Edina Bom Sucesso fala como aprender com a crise e otimizar as prioridades para 2016

## 37 ARTIGO

O consultor especializado em finanças, economia e negócios André Massaro indica a proteção da renda como plano para 2016

## 48 PANORAMA PRIMEIRA REGIÃO

Os julgamentos que ganharam destaque no Tribunal e nas seções judiciárias



Dedicada ao desenvolvimento de pessoas e organizações, a psicóloga Edina Bom Sucesso acredita que momentos de crise são grandes oportunidades para rever conceitos, potencializar habilidades emocionais e praticar o otimismo, tanto na vida pessoal como funcional.

▼ POR THAINÁ SALVIATO

Em 2015, o Brasil passou por momentos políticos, econômicos e sociais que abalaram não só a vida prática das pessoas como também impactaram suas habilidades emocionais e planos de futuro. A tão falada crise gerou cenário de falta de perspectivas e nem todo mundo sabe como fazer do limão uma limonada em momentos como esses.

A Primeira Região em Revista convidou Edina Bom Sucesso, psicóloga, escritora e especialista em desenvolvimento de pessoas, para explicar como momentos coletivos complicados afetam as pessoas, na vida pessoal e laboral, e como é possível trabalhar melhor as habilidades emocionais para lidar com a situação. “O otimismo é uma das mais relevantes características psicológicas de um indivíduo (...). Empreendedores de sucesso são exemplos claros de postura otimista”, afirma Edina.

Mestre em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e especialista em Diagnóstico Organizacional pelo Centro de Treinamento de Yokohama (Japão), Edina dirige uma empresa de consultoria voltada para o desenvolvimento de pessoas e organizações. A consultora é também autora de diversos livros na área, entre eles “Até quando: tortura psicológica e assédio moral no trabalho” (São Paulo: Qualitymark, 2012), “Relações Interpessoais e Qualidade de Vida no Trabalho” (São Paulo: Qualitymark, 2007) e “Autoestima e Felicidade” (São Paulo: Qualitymark, 2003).

A psicóloga destaca a importância de aproveitar momentos de recessão econômica para rever os conceitos e prioridades: “Aprender a viver sem ter que impressionar positivamente o outro, sem pensar que sou o que tenho, ajudará a rever os desperdícios que acumulamos nas gavetas, nos armários e nas prateleiras”!

Quando o desânimo atinge também a vida funcional, Edina explica a importância da automotivação e como os líderes podem ajudar a desenvolver essa capacidade. “Os líderes podem ampliar a conscientização da equipe para os males da baixa motivação e do pessimismo”.

Ela ainda trata das diferentes formas para melhorar as competências emocionais, da importância do foco, da autodisciplina e da perseverança, as melhores formas de estabelecer metas para realmente alcançá-las e como novas técnicas como os processos de *coaching* podem ajudar no desenvolvimento dessas habilidades.

Confira!

**O ano de 2015 deflagrou o ponto crítico da crise econômica e política no Brasil, o que enfraqueceu a esperança e a perseverança de muitos em busca de novas perspectivas de vida. Recentemente, você publicou um texto sobre o otimismo e os benefícios que ele pode trazer não só para a saúde como também para o alcance de objetivos. De que forma isso pode ajudar a encarar as dificuldades apresentadas no cenário atual do País?**

O otimismo é uma das mais relevantes características psicológicas de um indivíduo, sendo gerador do humor positivo que facilita os relacionamentos e contribui para a resolução bem-sucedida dos problemas. Estamos diante de circunstâncias difíceis, e o otimismo é benéfico para mobilizar os recursos pessoais na busca de caminhos alternativos frente à crise. Pessoas otimistas alimentam expectativas positivas quanto ao futuro, e isso as leva a canalizar energias pessoais rumo às realizações. Empreendedores de sucesso são exemplos claros de postura otimista.

**De toda forma, é importante ter em mente que a crise não afeta apenas o Brasil, mas o mundo todo que sofre, agora, as consequências do capitalismo desenfreado. Um dos reflexos do complicado contexto econômico mundial, agravado pela situação política nacional, é o desemprego e a defasagem dos salários em relação à inflação, o que resultou em greves espalhadas pelo País. Como é possível lidar com a falta de estímulo e a tensão gerada por esse quadro?**

O desemprego é das situações mais críticas, trazendo, muitas vezes, dores emocionais comparáveis ao que sentimos quando perdemos pessoas queridas. Especialmente quando se alonga o tempo até a recolocação, desempregados vivem episódios de pessimismo e de baixa autoestima. Paralelamente ao capitalismo desenfreado, sofrem mais aqueles que mergulham no consumismo exagerado. Muitos brasileiros precisam aprender a reagir às tentações da sociedade de consumo, pois quem cuidou de forma responsável do dinheiro e fez reservas enfrentará o desemprego com uma dose maior de tranquilidade, sabendo que a sobrevivência estará assegurada por um determinado período. Imaginemos agora quem perde o emprego e está endividado. Como ficará a saúde física, o equilíbrio emocional e a qualidade dos relacionamentos interpessoais desse indivíduo?

**Mesmo as pessoas que estão empregadas precisam aprender novas formas de lidar com o dinheiro diante da alta crescente nos preços de alimentos, roupas e serviços. A Universidade Corporativa da Justiça Federal da 1ª Região (Unicorp) oferece ações educativas nessa área, como curso de consumo consciente. De que forma a educação financeira pode ser inserida no ambiente de trabalho de maneira a contribuir para o desenvolvimento e a capacitação dos colaboradores?**

Creio que essa iniciativa da Unicorp é uma das mais vigorosas medidas de responsabilidade social. As reflexões promovidas nos programas de conscientização para o consumo consciente poderão fazer com que esta crise abra os olhos daqueles que compram por impulso, ostentam padrão de vida superior ao que ganham, esquecendo-se de que as ilusões da sociedade de consumo não geram satisfação no longo prazo. Sabem disso os ganhadores de prêmios robustos em loterias que perdem tudo em curto período de tempo. Sugiro aos leitores que acessem o [link https://www.youtube.com/watch?v=75IgzHgWnDI](https://www.youtube.com/watch?v=75IgzHgWnDI). Trata-se de um estímulo para repensar a vida, rever crenças e valores, especialmente para quem pensa que dinheiro, inevitavelmente, traz felicidade. Aprender a viver sem ter que impressionar positivamente o outro, sem pensar que sou o que tenho, ajudará a pessoa a rever os desperdícios que acumula nas gavetas, nos armários e nas prateleiras!

**Os líderes de equipe podem incentivar seus colaboradores a não perderem a motivação e a continuarem desenvolvendo seu potencial - mesmo diante das dificuldades externas?**

Do mesmo modo que o otimismo, a motivação é uma força pessoal intrínseca: ninguém motiva ninguém. A automotivação é um recurso pessoal poderoso, e quem é automotivado busca, a cada dia, força para lidar com as adversidades, superar obstáculos e construir o futuro desejado. Os líderes podem ampliar a conscientização da equipe para os males da baixa motivação e do pessimismo. Podem ajudar os integrantes das equipes a entenderem que alguns movimentos ninguém pode fazer por nós. Um destes é agir sobre a realidade, estabelecer objetivos e manter a autodisciplina, fatores essenciais para recarregar as baterias e atingir objetivos. A automotivação é a verdadeira motivação.





Estamos diante de circunstâncias difíceis, e o otimismo é benéfico para mobilizar os recursos pessoais na busca de caminhos alternativos frente à crise



**Como as pessoas podem trabalhar sua competência emocional para lidar com esse período de instabilidade e manter a qualidade das relações interpessoais no ambiente de trabalho?**

Pessoas diferentes aprendem por métodos diferentes. Para muitos de nós a leitura é fonte de melhoria da competência emocional. Na *internet*, conseguimos informações relevantes, textos muito claros e bem embasados que nos ajudam a compreender as causas que desencadeiam em nós determinadas emoções negativas. Quando buscamos formas de controlar as condutas impulsivas, quando entendemos as vantagens de saber adiar a satisfação de algumas das nossas necessidades, superamos melhor as frustrações e retomamos a busca dos nossos objetivos. Outras pessoas precisam realizar trabalhos comunitários para ouvirem histórias de vida que os ajudarão a valorizar a família que têm, o emprego conquistado, a remuneração recebida. Em alguns casos a terapia é necessária. São casos de pessoas eternamente queixosas e insatisfeitas que se apegam ao que não têm, não conseguem valorizar o que têm, nem o que construíram e muito menos o que receberam.

**Sempre que se encerra um ano, as promessas e as metas para o novo ano surgem no planejamento de muitas pessoas. No entanto, muitos desses objetivos são deixados de lado ao longo do tempo, e as metas vão sendo adiadas. Por que a desistência dos objetivos traçados é tão recorrente? E como é possível ativar o foco e a perseverança para concluir os projetos desejados?**

Foco, autodisciplina e perseverança são, tanto quanto o otimismo, traços pessoais facilitadores do sucesso na vida pessoal e profissional. Quando não temos esses traços de personalidade e queremos ampliar a persistência e a autodisciplina, teremos que passar por um processo de aprendizagem muito desafiador. Aprender a listar os objetivos, definir prioridades e começar pelas metas mais viáveis. Conseguidas as pequenas vitórias, a energia para enfrentar os maiores desafios renascerá. As pessoas que estabelecem múltiplas promessas para o ano novo poderiam escolher aquilo que fará em janeiro, escrevendo o passo a passo, contando com ajuda de pessoas organizadas e focadas que funcionem como mentores. O plano de fevereiro já será iniciado com maior motivação. Assim, em dezembro,

teremos avançado com maior disciplina, com menor grau de autocensura e de ansiedade.

**Seja realizar projetos pessoais ou atingir metas no trabalho, como é possível desenvolver habilidades como organização e capacidade de estabelecer prioridades e aumentar o potencial resolutivo?**

Tenho constatado que os processos de *coaching* ajudam muito no desenvolvimento da autodisciplina e na definição dos critérios para a priorização. Muitos dos nossos clientes desconhecem o que querem realmente para si mesmos. Iludem-se com as expectativas dos pais, parceiros afetivos, filhos e gestores, mas não conseguem elencar o que realmente lhes gera bem-estar. A descoberta de si, o entendimento do que realmente gera brilho em nossos olhos, a autodescoberta dos verdadeiros valores pessoais são os pontos de partida. Convido os leitores a reverem a lista de metas para 2016 e a se perguntarem seguidamente: Para que desejo isso? O que terei que fazer para atingir esta meta? Como me sentirei tão logo concretize isso que planejei? As respostas indicarão se esta será, realmente, a promessa que farei a mim mesmo no ano que se inicia.

**Para finalizar, conforme a senhora explicou ao longo da entrevista, esse momento de instabilidade pode nos deixar algum legado, como mudar hábitos, criar novas rotinas, abandonar o consumo desenfreado e cortar gastos desnecessários. Qual a grande lição deste momento em que vivemos?**

Essa pergunta já encerra a resposta: o benefício das crises para as pessoas conscientes e que saem da postura de dependência é inevitável. Entretanto, sem reflexão e sem mudança pessoal as crises são destrutivas. Cada um de nós precisa pensar o que aprendeu com esta crise atual. Como estamos usando o nosso dinheiro, o nosso tempo, a nossa breve passagem por este mundo. Cada um de nós precisa descobrir do que realmente gostamos, quem são as pessoas positivas e incentivadoras que nos cercam, quem nos valoriza. Então, caberá o registro das três perguntas essenciais no processo de mudança rumo à vida que vale a pena ser vivida e ao estilo consciente de consumo que queremos aprender: O que estou fazendo e quero manter? O que preciso começar a fazer? E finalmente: o que preciso parar de fazer? ■



O benefício das crises para as pessoas conscientes e que saem da postura de dependência é inevitável, entretanto, sem reflexão e sem mudança pessoal crises são destrutivas



# Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entra em vigor no Brasil



Depois de seis anos de transição, o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa está em vigor definitivamente no País desde o dia 1º de janeiro deste ano. O Brasil é o terceiro país a tornar obrigatória a nova ortografia, depois de Portugal e de Cabo Verde. Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste também estão se preparando para as novas regras ortográficas, mas ainda não aplicaram essas modificações oficialmente.

O objetivo do novo acordo é unificar e facilitar a comunicação dos países lusófonos, ou seja, aqueles em que a língua portuguesa é o idioma oficial. Cerca de apenas 0,8% das palavras utilizadas no Brasil sofreram alterações. As mudanças preveem menos acentos e menos hifens no vocabulário, além de o fim do uso do trema. As letras 'K', 'W' e 'Y' também passam a integrar o alfabeto brasileiro.

## Modificações do Acordo Ortográfico:

a) Nos ditongos "ei" e "oi" deixam de existir o acento gráfico em paroxítonas, como assembleia, ideia e jibóia, que agora se escrevem: assembleia, ideia, jiboia. A indicação ou não da tonicidade de suas vogais dependerá apenas da terminação da paroxítona.

Vale observar que o acento será mantido quando o ditongo estiver na sílaba final, seguido ou não de "s": fiéis, herói(s), corrió. É preciso verificar que, de acordo com a nova ortografia, "herói" conserva o acento gráfico, mas "heróico" não.

b) Não mais se acentuam paroxítonas apenas porque contêm os hiatos "oo" e "ee". Dessa forma, agora se escrevem: enjoo, voos, creem, leem e veem.

c) Dispensa-se, com a nova regra, o acento agudo nas vogais tônicas "i" e "u" das palavras paroxítonas quando elas estão precedidas de ditongo. "Feiúra", passou a "feiura"; "Sauípe", "Sauipe". Entretanto, isso só vale para as paroxítonas. "Piauí" (que é oxítona), por exemplo, continua grafado da mesma forma.

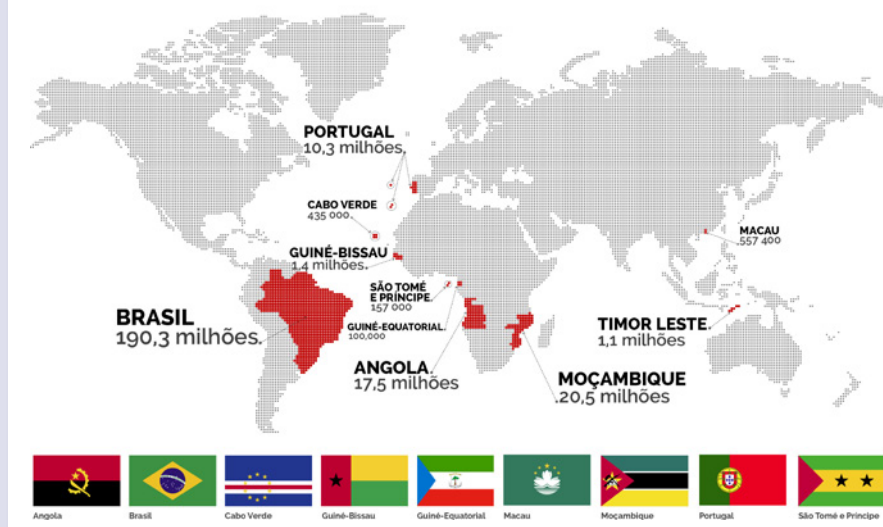
d) O acento agudo do "u" tônico dos verbos "apaziguar", "averiguar", "arguir", naquelas flexões em que marcava a sílaba tônica, paroxítonas, deixa de ser utilizado. Portanto, antes: tu argúis / ele argúí / eles argúem; com o novo acordo passaram a ser: tu arguis / ele argui / eles arguem.

e) O acento diferencial desaparece nas paroxítonas: pára (verbo), pêlo (cabelo), pêra e pólo. Passam a ser escritas: para, pelo, pera e polo.

Todavia, é preciso lembrar que permanece o acento diferencial em "pôde" (pretérito perfeito do verbo "poder", na terceira pessoa do singular – "ele pôde"). O motivo é a indispensável diferenciação entre esta forma e "pode", presente do indicativo do verbo "poder" na terceira pessoa do singular ("ele pode"). Essas são formas verbais que nem sempre podem ser distinguidas pelo contexto; ao contrário, determinam esse mesmo contexto, não podendo ter a mesma grafia. Ressalte-se que "pôr" (verbo), homônimo de "por" (preposição), não sofreu alteração, por ser monossílabo, e não, paroxítono.

## Onde se fala português?

Distribuição global dos cerca de 242 milhões de cidadão lusófonos



Destaque-se, portanto, que essas mudanças na acentuação gráfica ocorreram apenas nas palavras paroxítonas, ou seja, se elas eram pouco acentuadas, por serem predominantes no português, ficaram menos ainda marcadas com acentos (em termos de grafia, é claro).

# Saldo positivo

TRIBUNAL JULGA MAIS DE 170 MIL PROCESSOS EM 2015, COM DESTAQUE PARA AS TURMAS ESPECIALIZADAS EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA

▼ RICARDO CASSIANO E THAINÁ SALVIATO

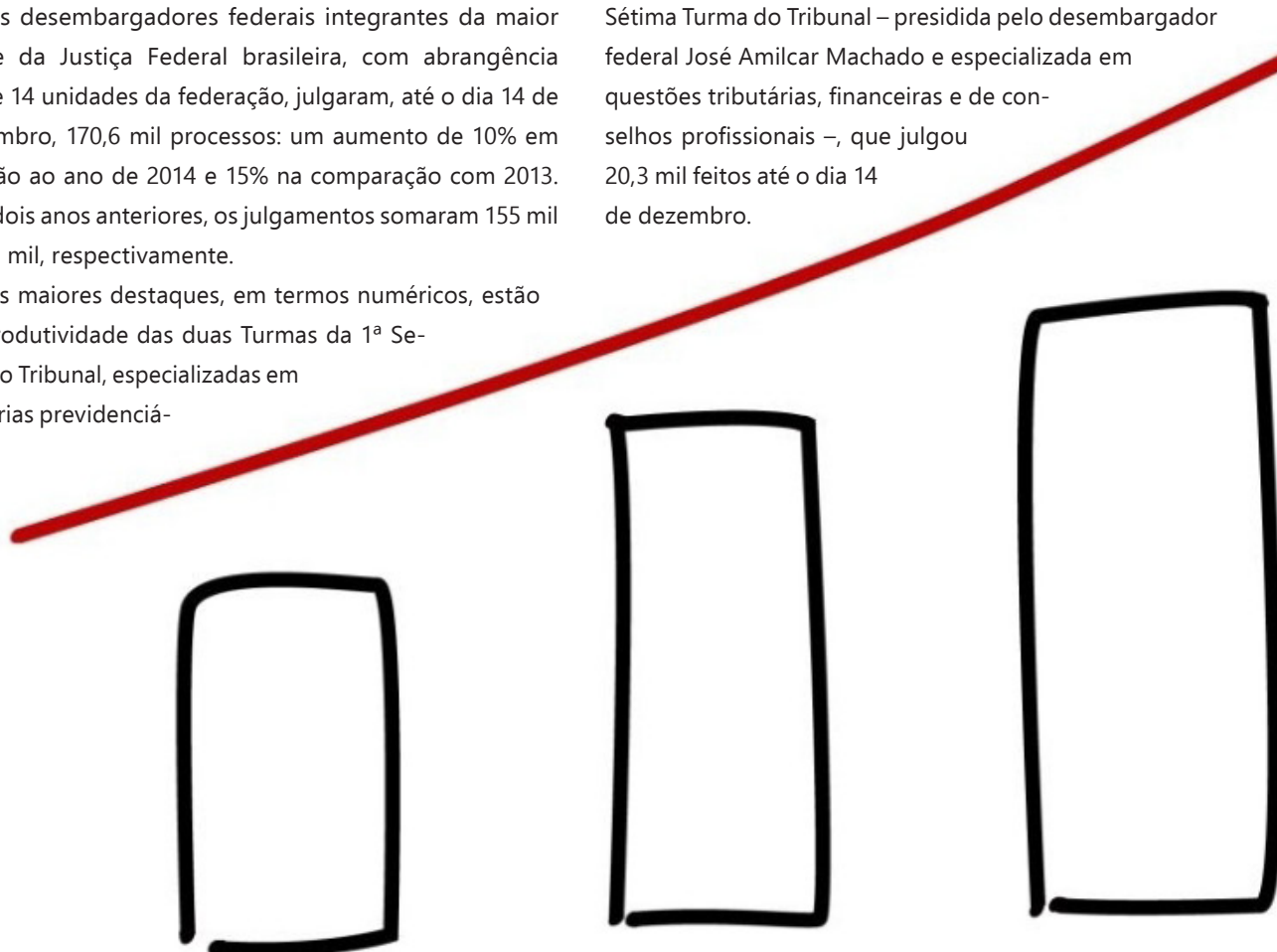
Dois mil e quinze foi um ano turbulento para o Brasil! A maior crise econômica desde o Plano Real afetou negativamente quase todos os setores produtivos e colocou um freio no crescimento da Nação, que viu as contas públicas fecharem novamente no vermelho. No cenário político, o clima de instabilidade e uma avalanche de denúncias de corrupção também foram responsáveis pela paralisação do País. Apesar das medidas de austeridade adotadas pelo governo, como o remanejamento de recursos federais e o corte no reajuste de servidores públicos, a Justiça Federal da 1ª Região conseguiu cumprir, e muito bem, sua missão institucional no ano que passou, com recorde de produtividade no TRF1 e índices satisfatórios nas seções judiciárias.

Os desembargadores federais integrantes da maior Corte da Justiça Federal brasileira, com abrangência sobre 14 unidades da federação, julgaram, até o dia 14 de dezembro, 170,6 mil processos: um aumento de 10% em relação ao ano de 2014 e 15% na comparação com 2013. Nos dois anos anteriores, os julgamentos somaram 155 mil e 148 mil, respectivamente.

Os maiores destaques, em termos numéricos, estão na produtividade das duas Turmas da 1ª Seção do Tribunal, especializadas em matérias previdenciárias

(como pedidos de aposentadorias, pensões e benefícios sociais) e de servidores públicos. Juntos, os Colegiados julgaram 80,5 mil processos e atingiram uma média de 366 feitos apreciados por dia útil. Somente na Segunda Turma – composta de três desembargadores federais – o aumento, na comparação com 2014, foi de 30,8%, com 34,7 mil ações julgadas até dezembro.

O presidente do Colegiado, desembargador federal João Luiz de Sousa, ressaltou outro dado importante: os julgamentos superaram em 31% o número total de processos recebidos ao longo do ano, o que garantiu o cumprimento, pela Segunda Turma, da Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estipulada para 2015. O mesmo ocorreu na Sétima Turma do Tribunal – presidida pelo desembargador federal José Amilcar Machado e especializada em questões tributárias, financeiras e de conselhos profissionais –, que julgou 20,3 mil feitos até o dia 14 de dezembro.





“Os julgamentos ultrapassam a distribuição de processos dos relatores, e constata-se que o acervo tem diminuído paulatinamente. Tudo isso está sendo conseguido apesar da limitação do quadro de servidores”, observou Amílcar Machado. A Oitava Turma, integrante da mesma Seção de Julgamento, presidida pela desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso, também obteve um bom desempenho em 2015, com 21,3 mil processos analisados.

Nas duas turmas especializadas em matéria penal, de improbidade administrativa e de desapropriação foram julgados quase seis mil processos, sendo 2.967 na Quarta Turma e 2.893 na Terceira Turma, presididas, respectivamente, pelos desembargadores federais Ítalo Mendes e Mônica Sifuentes. “Graças ao comprometimento e empenho de magistrados e servidores, a Turma imprimiu maior celeridade no julgamento das demandas e rapidez na tramitação dos feitos, cumprindo, assim, a missão desta Corte Regional”, comentou Sifuentes.

O presidente da Sexta Turma do TRF1, desembargador federal Kassio Marques, também comemorou o índice de 12,4 mil processos apreciados pelo Colegiado, que trata de questões complexas envolvendo a competência residual (ambiental, administrativo, etc.). “Apesar do elevado grau de complexidade das matérias, da ausência de repetitividade, das limitações orçamentárias e de pessoal e da sobrecarga de atividades, conseguimos elevar o número de julgamentos e nos aproximar, em geral, das metas estabelecidas para o ano de 2015”, declarou o magistrado. Somados os feitos analisados pela Quinta Turma, sob a presidência do desembargador federal Néviton Guedes – que trata dos mesmos tipos de matérias e obteve desempenho similar (14,6 mil processos) –, a produtividade da Seção superou o número de 27 mil ações julgadas.

**Primeira Turma** – Na Primeira Turma do TRF1, o desafio de encarar um acervo de quase 100 mil processos começou antes mesmo de os magistrados Gilda Silmaringa Seixas, Jamil de Jesus Oliveira e Carlos Augusto Pires Brandão tomarem posse como desembargadores federais. Os três integrantes da Turma estão entre os quatro mais recentes membros a ingressarem no TRF da 1ª Região, a partir de dezembro de 2014. Por isso, esses magistrados foram designados para atuar na 1ª Seção (que compreende as 1ª e 2ª Turmas), em que se concentra o maior gargalo do Tribunal em termos de acervo processual: as matérias previdenciárias são as de maior volume no TRF1.

Antes de assumirem as atribuições na Primeira Turma, os novos desembargadores se valeram da ampla experiência na magistratura federal – todos são juízes de carreira – para fazerem um diagnóstico e um mapeamento das matérias que receberiam e do perfil da equipe de servidores e colaboradores que teriam à disposição nos gabinetes. Desde o primeiro dia de posse, os magistrados vêm fazendo uma gestão séria e responsável, evidenciada na produtividade alcançada em 2015. “O desafio maior da Turma é, sim, reduzir o acervo, dando o tratamento digno que o jurisdicionado hipossuficiente merece”, ressaltou a presidente da Turma, desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas.

**Câmaras Regionais Previdenciárias** – Para agilizar os julgamentos de processos previdenciários, a Presidência do TRF1 instalou, a partir de março de 2015, quatro Câmaras Regionais Previdenciárias (CRP) na Primeira Região. Os Colegiados compostos de desembargadores e juízes federais vêm atuando de forma descentralizada – fora de Brasília/DF, onde está localizada a sede do TRF1 – no julgamento de milhares de ações. Até o dia 18 de dezembro haviam sido julgados, segundo dados da Divisão de Estatística do Tribunal, 10,7 mil processos nas quatro CRPs, sendo duas em Belo Horizonte/MG, uma em Juiz de Fora/MG e outra em Salvador/BA. Além de ter um impacto menor na estrutura administrativa do Tribunal em relação a recursos humanos e materiais, a opção pelas câmaras fortaleceu a parceria do TRF1 com a Justiça Federal de 1ª instância.

**PAJ** – Os desembargadores federais da Primeira Turma do Tribunal também passaram a contar, a partir do dia 30 de setembro, com o apoio de uma equipe designada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O chamado Projeto Piloto de Aceleração de Julgamentos (PAJ) tem ajudado no julgamento do acervo processual previdenciário, com 6.761 processos apreciados até o dia 18 de dezembro. “A tendência é otimizar as rotinas, reduzir a taxa de congestionamento, aumentar a produtividade, ‘atacar’ o passivo e reduzir o acervo. Mas é um trabalho longo e árduo”, declarou Gilda Sigmaringa. A atuação da força-tarefa se estenderá pelo próximo semestre, com expectativa de conclusão no dia 30 de junho de 2016.

A produtividade crescente de todo o TRF da 1ª Região já havia sido revelada em um relatório de inspeção ordinária realizada em 2015, no Tribunal, pelo Conselho da Justiça Federal (CJF). No período avaliado, de agosto de 2014 a julho de 2015, a produtividade média e geral do TRF1 foi



HERCULES FAJOSES



JOÃO LUIZ DE SOUSA



CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO



GILDA SIGMARINGA E JAMIL ROSA

de 113% do volume distribuído no período. Ou seja, a Corte julgou mais processos do que recebeu, o que significa redução no acervo de recursos.

Mesmo com quadro deficitário de magistrados e de servidores para dar vazão a uma demanda processual historicamente desproporcional à força de trabalho do Tribunal, os desembargadores federais têm envidado todos os esforços possíveis para dar uma resposta rápida e justa aos cidadãos que litigam no âmbito do TRF da 1ª Região.

Outras ações em toda a Primeira Região também contribuíram para o aumento na produtividade, como a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no Tribunal e em sete seções judiciárias em 2015: Acre, Amapá, Goiás, Maranhão, Rondônia, Roraima e Tocantins.

No dia 28 de janeiro, a ferramenta foi instalada na Seção Judiciária do Amazonas (SJAM), e ao longo de 2016 o sistema continuará avançando pelas seccionais, de acordo com o calendário previsto:

- SJMT – 07/04
- SJPI – 12/05
- SJPA – 09/06
- SJBA – 15/09
- SJMG – 01/12

A chegada de novos desembargadores federais no TRF1 trouxe reforços para a difícil tarefa de enfrentar a crescente demanda processual. A Corte recebeu cinco novos membros: os magistrados João Luiz de Sousa, Gilda Sigmaringa Seixas e Jamil Rosa de Jesus, que tomaram posse em dezembro de 2014, e Hercules Fajoses e Carlos Augusto Pires Brandão, empossados em 2015.

Em janeiro 2015, as seccionais da Primeira Região também ampliaram seus quadros de julgadores com a posse de 56 novos juízes federais substitutos (foto abaixo), aprovados no 15º concurso para o cargo.



Nas 14 seções judiciárias, o ano foi marcado por muito trabalho e por ações que buscam aumentar a capacidade de atendimento, ampliar o acesso à Justiça Federal e dar mais celeridade à resolução de demandas. Confira os principais acontecimentos e resultados em algumas delas:

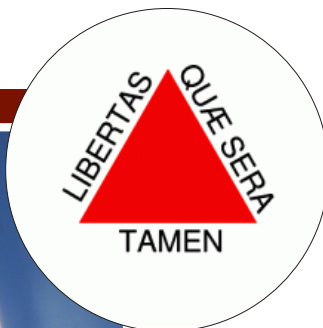
**Minas Gerais** – Em março de 2015, a Seção Judiciária de Minas Gerais (SJMG) recebeu o primeiro Núcleo da Escola de Magistratura da Primeira Região. Ao Núcleo descentralizado da Esmaf, instituído pela Portaria Esmaf 002/2015, competirá planejar, coordenar e executar as atividades de formação e aperfeiçoamento de magistrados na Seção Judiciária de Minas Gerais, incluídas as respectivas Subseções. A Coordenação do Núcleo está a cargo do juiz federal substituto da 15ª Vara Federal, Marco Antônio Barros Guimarães. Para o desembargador federal João Batista, diretor da Escola, a iniciativa constituiu a formalização do que já ocorre em Minas Gerais: “Na verdade, a SJMG já tem, de fato, um núcleo de ensino e de aprendizagem, pois aqui são desenvolvidos constantemente eventos dedicados à formação dos juízes federais. Agora, nós estamos formalizando a criação do Núcleo”.

Já no mês de março aconteceu a primeira sessão de julgamento da Turma Recursal de Uberlândia, onde o órgão, composto pelos juízes federais Geneviève Grossi Orsi, José Humberto Ferreira e Tales Krauss Queiroz, julgou, em cinco horas de sessão, 241 processos.

No mês de setembro, as Turmas Recursais da Seccional mineira realizaram o Projeto Mutirão, com o objetivo de reduzir o acervo mais antigo e atender ao princípio da duração razoável do processo. A meta de julgamento é julgar 9.600 processos até março de 2016. Desse montante, 5.760 processos físicos foram atribuídos aos juízes federais em auxílio às Turmas, os quais são responsáveis pelo julgamento, em sessões extraordinárias das quatro turmas recursais.

Também foram realizadas as sessões extraordinárias das 3ª e 4ª Turmas Recursais nos dias 16 e 25, respectivamente. No Projeto Mutirão foram inclusos, ainda, 3.840 processos virtuais.

Em 2015, a SJMG recebeu, ainda, as pioneiras Câmaras Regionais Previdenciárias. No mês de abril foram abertos os trabalhos da Câmara Regional de Minas Gerais, em Belo Horizonte. O acervo inicial da Câmara foi estimado em cerca de 15.000 processos, dos quais 2.572 já haviam sido



## MINAS GERAIS



recebidos. Nos primeiros quatro meses de atuação, o órgão julgou mais de dois mil processos. Além disso, foram registradas 294 decisões monocráticas, resultando em um total de 2.333 processos julgados.

Já no mês de maio, foi a vez de Juiz de Fora receber a Primeira da Câmara Regional Previdenciária do interior do País, com um acervo estimado de 15 mil processos.

O diretor do foro da SJMG, Miguel Angelo de Alvarenga Lopes, destaca que essas e outras ações fizeram de 2015 um ano de muita atividade na Seccional em busca de uma justiça mais célere e efetiva: "as Câmaras Regionais Previdenciárias se tornaram uma realidade em Belo Horizonte (2 câmaras) e em Juiz de Fora (1 câmara), julgando milhares de processos previdenciários; foram realizados projetos de conciliação importantes, como o da Serra da Canastra e do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, com resultados expressivos para a população envolvida; além de muitas realizações na área de sustentabilidade ambiental, acessibilidade, memória institucional", avaliou o magistrado.

**Tocantins** – a Justiça Federal no Tocantins julgou mais de 19 mil processos em 2015. O número, computado no dia

17 de dezembro, é baseado na produtividade das quatro varas da Seção Judiciária do Tocantins (SJTO), das Subseções de Araguaína e de Gurupi, além da Turma Recursal. Mesmo com o movimento grevista ocorrido em 2015, o saldo da atuação dos magistrados e servidores da Justiça Federal no Tocantins foi considerado positivo.

Na Subseção Judiciária de Araguaína, o Juizado Especial Federal Adjunto foi um dos destaques ao cumprir a Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que é julgar mais processos do que os distribuídos. Em 2015, foram ajuizadas 3.458 ações e julgados 4.148 processos.

A diretora do foro da SJTO, juíza federal Denise Drumond, atribuiu os bons números à dedicação dos servidores. "Mesmo com a frustração do pleito legítimo de recomposição salarial, os servidores continuaram dedicados em atender aos reclames de produtividade dos jurisdicionados. Mesmo com um número reduzido de juízes (deveriam ser 15 no estado), e com apenas oito (juízes) fechando o ano, tivemos êxito com o esforço de toda equipe", pontuou a magistrada, lembrando que tudo ocorreu priorizando a qualidade do serviço e do atendimento prestado ao cidadão.



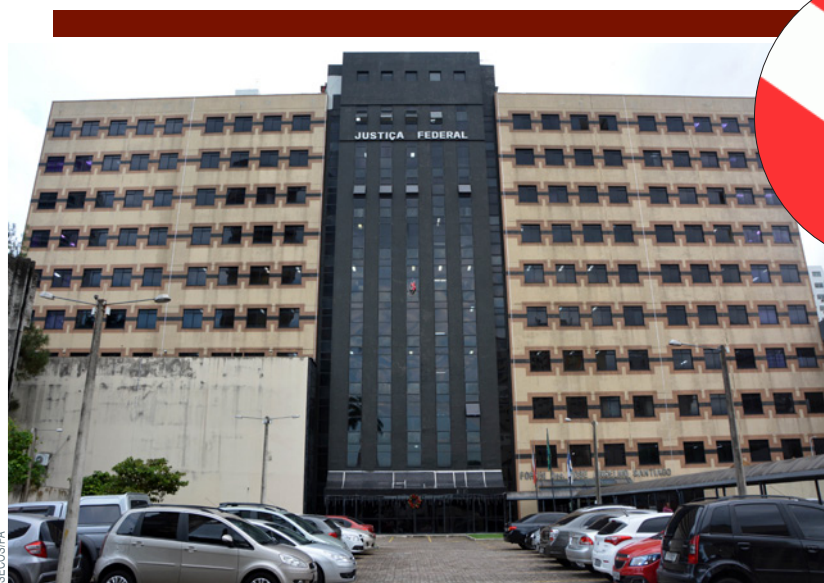
**Pará** – A Seção Judiciária do Pará (SJPA) atingiu números expressivos em sua prestação jurisdicional no ano de 2015. No período de janeiro a novembro, nas varas federais da capital, Belém, foram distribuídos 12.531 processos e julgados 6.111. Também na capital, as varas de Juizados Especiais Federais (JEFs) distribuíram 19.572 processos e julgaram 23.690, enquanto que nas Turmas Recursais foram distribuídos 10.794 e julgados 12.531.

Nas oito subseções judiciárias do estado, localizadas nos municípios de Altamira, Castanhal, Itaituba, Marabá, Paragominas, Redenção, Santarém e Tucuruí foram distribuídos, ao todo, 10.498 processos e julgados 2.960.

Ao avaliar o balanço da atuação da SJPA no ano de 2015, o juiz federal Arthur Pinheiro Chaves, diretor do foro da Seccional, considerou os números expressivos. “Denotam que, não obstante as dificuldades de uma Seção como a do Pará, dada a extensão do seu território, carência de pessoal

e a complexidade das matérias que por aqui tramitam, como as de natureza ambiental e fundiária, o trabalho de juízes e servidores tem conseguido fazer frente a tais barreiras. Demonstram, também, a relevância da interiorização da Justiça Federal, aproximando o cidadão do interior do Judiciário Federal, ante o número de processos julgados nas Subseções”, afirmou o diretor.

Ele ressalta também o importante papel desempenhado pelos JEFs, diante da estatística positiva na relação processos distribuídos e julgados em tais varas, e pelos métodos alternativos de solução de conflitos, como a conciliação, por meio do trabalho do núcleo local, que conta com instalações adequadas na Seccional do Pará, facilitando o trabalho e os resultados obtidos. “O incremento futuro de tais números fica a depender de uma lotação ideal de juízes e servidores, carência de que a Seção do Pará historicamente se ressentiu e que sacrifica bastante a prestação jurisdicional”, concluiu o magistrado.



# PARÁ



SECOJUS/PA

SECOJUS/PA

**Piauí** – Em 2015, a Seccional piauiense superou o número de sentenças proferidas no ano anterior e atingiu a marca de 46.614 processos distribuídos, dos quais 45.140 foram sentenciados, além de 49.659 processos arquivados. No ano de 2014, em comparação, 64.129 processos haviam sido distribuídos, 42.170 foram julgados e os arquivados somaram 52.762. Assim, as sentenças proferidas em 2015 ultrapassaram o montante do ano anterior, em uma diferença de quase 3.000 casos julgados.

Quanto à Turma Recursal da SJPI, 6.076 recursos foram julgados. Seus juízes realizaram 35 sessões de julgamento, em 2015, proferiram 1.139 decisões interlocutórias, 217 decisões terminativas e 969 despachos.

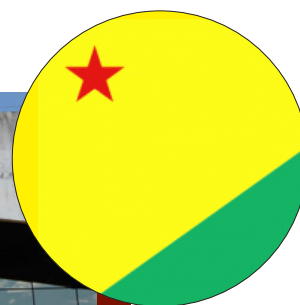
**Acre** – Entre os fatos marcantes de 2015 na Justiça Federal do Estado está a instalação da Turma Recursal da Seção Judiciária do Acre, ocorrida no mês de fevereiro daquele ano. A solenidade de instalação foi conduzida pelo presidente Cândido Ribeiro, que destacou a necessidade de instalar mais varas

na Seccional. O juiz federal diretor do foro da Seção Judiciária do Acre, Náiber Pontes de Almeida, destacou que a instalação da Turma Recursal garantirá a rapidez do julgamento dos recursos, vez que a Turma tem três juízes federais dedicados para essa tarefa, a saber: Gustavo Soratto Uliano, Guilherme Michelazzo Bueno e Carolynne Souza de Macedo Oliveira.

Em 2015, a JFAC também garantiu uma área para a construção da Estação de Tratamento do Esgoto da Seção Judiciária do Acre (ETE), cujo objetivo é dar destinação apropriada aos dejetos produzidos, evidenciando o compromisso da JF com a preservação ambiental e com a busca de melhores alternativas ecológicas. A solicitação do terreno, feita pela diretoria do foro da Seccional ao governo do estado, foi atendida, e a SJAC recebeu a área localizada ao lado do estacionamento da Seccional. Após licitação, foi assinado um contrato com uma construtora e estabelecido um prazo de execução de 90 dias a partir da ordem de serviço. A obra custará R\$ 298.990,00.



RAMON PEREIRA/ASCOM/TRF1



**ACRE**



**PIAUI**

## Conciliação

As iniciativas voltadas à conciliação também alcançaram bons resultados no ano que se encerrou. Em toda a Primeira Região, foram 74.326 acordos homologados, sendo 2.071 no TRF, 56.216 em Juizados Especiais Federais e 16.039 em varas federais.

Em Minas Gerais, a Semana Nacional de Conciliação, realizada entre os dias 23 e 17 de novembro, resultou no índice de 43,80% de acordos em processos previamente selecionados, físicos e virtuais (recebidos por meio do JEF - Juizado Especial Federal Virtual e pelo sistema e-Jur) advindos das varas comuns, das varas de JEF e das Turmas Recursais. Além desses, foram apreciadas as reclamações pré-processuais físicas e virtuais recebidas diretamente da Seção de Distribuição.

A edição da Semana na Seccional mineira também contemplou ações de grande repercussão coletiva, como as que envolvem o Museu da Lapinha, as comunidades de Quilombolas, Aterro de Brumadinho, Cohabita, Casarão de Itaverava, pedidos de medicamentos e de outros referentes a hospitais. Foram realizadas 256 audiências e atendidas 390 pessoas que, ao todo, arrecadaram R\$ 994.216,27 em valores negociados.

Já a Seção Judiciária do Tocantins solucionou 171 processos durante a Semana Nacional de Conciliação. Os acordos geraram mais de R\$ 1,5 milhão em pagamentos por danos morais, anuidades atrasadas em conselhos profissionais e recuperação de crédito na Caixa Econômica Federal (CEF). Ao todo, foram 258 audiências de conciliação envolvendo processos das 1ª e 2ª Varas Federais, além do Juizado Especial Federal (JEF/3ª Vara).



### SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO

23 A 27 DE NOVEMBRO • 2015

# Conciliação

O CAMINHO MAIS CURTO PARA RESOLVER SEUS PROBLEMAS.



Poder Judiciário





Audiências realizadas durante a abertura da Semana Nacional de Conciliação 2015

Contudo, é importante lembrar que a conciliação é uma prática constante na Justiça Federal da Primeira Região e seus resultados positivos não se resumem à Semana Nacional. A Seção Judiciária do Amapá, por exemplo, divulgou os resultados da prática continuada dessa modalidade de resolução de conflitos. A Seccional superou a meta nacional de conciliação para 2015, que previa o aumento do percentual de casos encerrados por meio de conciliação em relação ao ano anterior.

Em 2014, foram resolvidos no âmbito do Centro Judiciário de Conciliação da Seção Judiciária do Amapá (Cejud) 700 feitos, entre ações judiciais e reclamações pré-processuais, perfazendo-se a marca de R\$ 5.312.570,35 em valores negociados. Em 2015, foram homologados 1.150 acordos, o que corresponde a R\$ 5.781.504,00.

Nas atividades conciliatórias permanentes com a União e a Caixa Econômica Federal, o percentual de acordos homologados em 2015 atingiu 83,81% e 60%, respectivamente, perfazendo o total de quase de seis milhões de reais em valores pagos.

Ao longo do segundo semestre de 2015, a estratégia da conciliação foi responsável pela solução de 82% dos casos em que usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) relataram dificuldades para conseguir atendimento – apenas 18% das reclamações foram transformadas em processos judiciais.

A SJAP também aplicou a prática conciliatória em demandas de saúde e durante a Semana Nacional de Conciliação, 58 reclamações pré-processuais, em que se incluem solicitação de medicamentos, exames especializados e cirurgias de alta complexidade, majoritariamente oncológicas, foram levadas



**DADOS ESTATÍSTICOS POR SEÇÃO JUDICIÁRIA**

UF	JEF	VARA	TOTAL
AC	670	131	801
AM	614	367	981
AP	2.053	127	2.180
BA	9.685	1.790	11.475
DF	2.687	3.219	5.906
GO	5.625	1.978	7.603
MA	4.467	1.176	5.643
MG	11.427	4.131	15.558
MT	1.023	1.028	2.051
PA	5.952	793	6.745
PI	9.201	442	9.643
RO	1.065	490	1.555
RR	271	95	366
TO	1.476	272	1.748
<b>TOTAL</b>	<b>56.216</b>	<b>16.039</b>	<b>72.255</b>

FONTE: MUCOM/TERJ

Acordos homologados de janeiro a dezembro de 2015

à conciliação, valendo ressaltar a atuação do Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, que, a partir de levantamento *in loco* no maior hospital público do estado, formalizou reclamação para todos os pacientes oncológicos que aguardavam, sem previsão de data, o agendamento de cirurgia.

A Justiça Federal no Maranhão também promoveu ações voltadas à conciliação no ano de 2015, entre elas o mutirão de audiências realizado na Subseção Judiciária

de Bacabal que atingiu 97% de acordos em ações contra a Caixa Econômica Federal (CEF).

A Seccional também participou da Semana Nacional de Conciliação para a qual selecionou cerca de 130 processos, a maioria referente ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH). O percentual de acordos chegou a 71,62%, resultando em R\$ 831.125,83 em valores negociados.

A Seção Judiciária do Pará (SJAP) designou 232 audiências para a Semana Nacional de Conciliação, das quais

202 foram realizadas com um índice de 67% de acordos e R\$ 1.884.638,22 em valores negociados. As tratativas envolveram matérias como Sistema Financeiro da Habitação (SFH), juros de obra, indenizações e crédito comercial e contaram com a participação da CEF e da Empresa Gestora de Ativos (Emgea).

A Seção Judiciária de Goiás (SJGO) também atingiu bons números durante a edição de 2015 da Semana Nacional de Conciliação, com 53,16% de acordos que resultaram em R\$ 431.498,80 em valores negociados. O mutirão envolveu ações referentes ao SFH, nas quais foi obtido o índice de 64,29% de acordos, R\$ 355.354,91 em valores acordados e R\$ 3.215.317,70 em dívidas liquidadas. Também foram designadas audiências para tratar de processos de JEFs referentes a indenizações contra a CEF. Em 47,06% desses casos houve acordo, gerando R\$ 76.143,89 em valores negociados e liquidando R\$ 347.722,89 em dívidas.

Na Seção Judiciária do Piauí (SJPI), o Núcleo de Conciliação em Políticas Públicas realizou dois mutirões. No primeiro, 36 acordos de processos de reintegração de posse foram firmados, e no segundo nove acordos em processos de recuperação de crédito foram estabelecidos, envolvendo R\$ 237.777,00 em créditos recuperados. Já no Núcleo de Conciliação Processual e Pré-Processual, implantado em julho de 2015, dez audiências foram realizadas.

Também durante a Semana Nacional, o Mutirão de Conciliação realizado pela Seção de Apoio ao Núcleo Estadual de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos e Cidadania da Seção Judiciária do Estado do Acre (SECON/AC), pelo Juizado Especial Federal (JEF) e pela Caixa Econômica Federal (CEF) obteve um total de 122 audiências realizadas das 145 designadas.

O percentual de acordos foi de 56,56%, alcançando um montante de R\$ 188.350,00 em valores negociados. Dos 69 acordos realizados, 19 se referiam a ações pré-processuais, ou seja, foi evitada a judicialização de 19 processos contra a CEF. As audiências processuais e pré-processuais responderam a demandas que versavam sobre pedidos de condenação a título de danos morais e materiais (negação indevida; saque fraudulento; contratos bancários; financiamento e empréstimo consignado). Também foram realizadas duas conciliações referentes a dois processos (conclusos para sentença) do Juizado Especial Federal.

Já no Acre, a Justiça Federal deu um importante passo na ampliação das ações de conciliação e mediação. Em abril,

a Seção Judiciária do Estado adotou a conciliação pré-processual nas demandas da Caixa Econômica Federal (CEF) com a publicação da Portaria Diref nº 32. O ato normativo estabelece que as demandas referentes a: espera excessiva em fila de banco; saque fraudulento (conta-corrente; FGTS; PIS e seguro-desemprego); empréstimos consignados; cheques; ocorrências em agências (furto ou roubo no interior da agência, constrangimento em porta giratória); penhor (extravio ou venda indevida de joias); FIES e SFH (prestações cobradas ou pagas em duplicidade); venda casada; pagamento não processado pelas agências da Caixa e lotéricas; inscrições indevidas; danos materiais ou morais e a outras demandas em que seja possível o acordo serão previamente submetidas à tentativa de Conciliação Pré-Processual. No ato da atermiação, a parte autora sairá notificada da data e do horário designado para a audiência de conciliação, que será agendada pela Seção de Apoio ao Núcleo Estadual de Soluções de Conflitos e Cidadania (Secon).

O magistrado coordenador do Juizado Especial Federal, juiz federal Herley da Luz Brasil, bem como o diretor do foro, Juiz Federal Náiber Pontes de Almeida, empenham-se em firmar parcerias com os órgãos públicos com o propósito de expandir a prática conciliatória, ampliando as hipóteses de conciliação processual e pré-processual.

A Secon/AC também obteve bons resultados com a realização do Mutirão de Conciliação realizado em parceria com Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Acre (CREA/AC). A ação aconteceu no mês de outubro de 2015 e foi voltada para execuções fiscais movidas pelo CREA-AC. Foram realizados 20 acordos, dois pedidos de suspensão para cumprimento de acordo administrativo e dois pedidos de extinção em razão do adimplemento do débito controvertido no feito. Os valores acordados nos 20 processos solucionados atingiram o montante de R\$ 33.910,33.

Na Semana Nacional de Conciliação, o Mutirão realizado pela Secon/AC, pelo Juizado Especial Federal (JEF) e pela Caixa Econômica Federal (CEF) obteve um total de 122 audiências realizadas das 145 designadas. Em dois dias (24 e 25 de novembro) o percentual de acordos foi de 56,56%, alcançando um montante de R\$ 188.350,00.

Os resultados alcançados pelo Tribunal e pelas Seccionais, não só nas ações de conciliação, como em todas as iniciativas realizadas ao longo de 2015 ratificam o empenho da Justiça Federal da Primeira Região em aprimorar, cada vez mais, a prestação jurisdicional e ampliar o acesso à Justiça. ■

# Alto custo

6ª TURMA DO TRF1 ENTENDE QUE PLANO DE SAÚDE É ISENTO DE CUSTEIO DE MEDICAMENTO ESPECIAL FORNECIDO PELO SUS



## ▀ JAIR CARDOSO

A artrite reumatoide é uma doença inflamatória crônica que geralmente afeta as pequenas articulações das mãos e dos pés, causando um inchaço doloroso que pode, eventualmente, resultar em erosão óssea e deformidade articular. “É uma doença autoimune que ocorre quando o sistema imunológico ataca erroneamente os tecidos do seu próprio corpo. Além de causar problemas de articulações, a patologia, por vezes, pode afetar outros órgãos – tais como pele, olhos, pulmões e vasos sanguíneos”, explica o ortopedista Valdir Fagundes.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), essa doença incurável atinge cerca de 2% da população mundial. É o caso da jovem Laís Santos. Aos três anos de idade ela foi diagnosticada com artrite reumatoide. Na época, o tratamento era muito caro e as medicações não constavam do rol do Sistema Único de Saúde (SUS). Por essa razão, sua mãe, Laura Santos, comprava nos Estados Unidos o medicamento conhecido como “sal de ouro”.

“Quando minha filha foi diagnosticada com a doença, só havia um medicamento disponível para o tratamento nos Estados Unidos, o ‘sal de ouro’. Nós tivemos

que importar o produto. Cada ampola custava cerca de US\$ 280,00, e minha filha usava uma por semana. Um tratamento, como se vê, muitíssimo caro. Somente em 2006 os medicamentos foram incorporados pelo SUS”, conta Laura.

ASCOM







Outra dificuldade enfrentada pela família diz respeito ao plano de saúde. “Nosso plano de saúde não custeava o tratamento. Nós entramos com requerimento administrativo no próprio plano, e o pedido foi negado. Nós, então, acionamos a Agência Nacional de Saúde (ANS), que determinou ao plano de saúde que custeasse todo o tratamento. Só assim conseguimos garantir que a Laís tivesse acesso aos medicamentos”.

Uma ação semelhante chegou ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Na inicial, a autora narra que é associada ao plano de saúde de um banco, tendo seu filho sido diagnosticado com hipopituitarismo, doença causada pela insuficiência hormonal, que pode levar a quadros de infertilidade, redução do crescimento e nanismo, necessitando, urgentemente, iniciar o tratamento médico por meio dos medicamentos Lectrum 3,75mg e Hormônio do Crescimento 3,7mg, cujo custo mensal é de aproximadamente R\$ 7 mil. Segundo ela, o plano se negou a fazer o reembolso ao argumento de que a patologia não consta da tabela de cobertura do plano de saúde.

Em primeira instância, o magistrado que analisou a questão deu razão ao plano de saúde. Inconformada,

a autora recorreu ao TRF1 sustentando que “a cláusula que restringe o acesso à saúde afronta as normas do Código de Defesa do Consumidor, devendo ser declarada nula”. Salientou que na Cartilha do Beneficiário, na parte referente aos procedimentos que não são passíveis de custeio, reembolso ou adiantamento, não consta expressa vedação de tratamento aos portadores de hipopituitarismo. Por fim, a apelante afirmou que o próprio plano de saúde autorizou a compra dos medicamentos, informando que o ressarcimento ocorreria em seguida.

**Decisão** – As alegações da parte autora também foram rejeitadas pela 6ª Turma do TRF1. Em seu voto, o relator, desembargador federal Daniel Paes Ribeiro, destacou que a sentença de primeiro grau está correta em todos os seus termos, “visto que a operadora do plano de saúde, está submetida às disposições da Lei 9.656/1998, sob fiscalização da ANS, mesmo que seu programa assistencial tenha sido criado em período anterior; contudo, sendo administradora de modalidade de autogestão, está dispensada de oferecer a cobertura do plano ou seguro referência, conforme o § 3º do art. 10 da aludida lei”.



O magistrado também ponderou que “segundo a Cartilha do Beneficiário, citada pela ora recorrente, o custeio de medicamentos especiais se restringe àqueles não fornecidos pelo SUS, sendo que o hipopituitarismo, por se tratar de doença rara, já é atendido pelo Sistema”.

A advogada especialista em Direito da Saúde, Lorena Brito, comenta a decisão do TRF1. “Há jurisprudência que determina que nos casos de emergência os planos de saúde devem cobrir determinados tratamentos mesmo que estes não sejam cobertos. No entanto, neste caso, especificamente, a maioria da jurisprudência entende que os planos de saúde são isentos de culpa porque o tratamento do hipopituitarismo consta no rol do SUS”.

Ela esclarece que o atendimento prestado pelos planos de saúde é bem restrito. “A ANS estabelece um rol obrigatório de cobertura, e os planos de saúde são obrigados a cobrir tudo o que estiver previsto neste rol. Nesta hipótese, em especial, o plano de saúde só seria obrigado a fornecer o tratamento caso previsse sua cobertura e a negasse por algum motivo. Não foi o que ocorreu”.

**Ministério da Saúde** – Em nota, o Ministério da Saúde informou que em 2014 foi criada a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, que aprovou diretrizes para a atenção integral dos pacientes com doenças raras no Sistema Único de Saúde (SUS) e instituiu incentivos financeiros de custeio para diagnóstico e tratamento dessas enfermidades.

Criada em parceria com a sociedade civil e especialistas, a política coloca o Brasil como um dos poucos países do mundo a ter uma iniciativa nesse sentido. Entre os avanços está a organização da rede de atendimento para prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação para cerca de oito mil doenças raras existentes, que passam a ser estruturadas em eixos e classificadas de acordo com suas características. Dessa maneira, as pessoas com enfermidades raras passam a ter serviços de referência para o cuidado específico, bem como exames genéticos e aconselhamento, antes não previstos.

Desde o final de 2015, pacientes de 12 doenças raras contam com Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) organizados pelo Ministério da Saúde. O objetivo

é reduzir a mortalidade e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes dessas doenças, com a incorporação de novas tecnologias no SUS. Esta é a primeira fase da ação que tem como objetivo lançar 47 PCDT para doenças raras até 2018.

Para ampliar o acesso da população com enfermidades raras ao diagnóstico e ao tratamento, o Ministério da Saúde tem apoiado os gestores locais na estruturação dessa política, com a realização de cursos para capacitação de profissionais da Atenção Básica, de modo que possam melhorar o reconhecimento das doenças e, posteriormente, encaminhar o paciente para os Serviços de Atenção Especializada ou de Referência.

Todos os protocolos estão organizados dentro da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras. As publicações têm como base os conceitos das Redes de Atenção à Saúde que contam com sistemas logísticos e de apoio necessários para garantir ações de promoção, detecção precoce, diagnóstico, tratamentos e cuidados paliativos e integrais no SUS. Para as doenças que ainda não contam com protocolos próprios, a assistência e o cuidado às pessoas com doenças raras continuarão a seguir as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Atenção às Pessoas com Doenças Raras no SUS.

A deficiência do hormônio do crescimento (hipopituitarismo) tem Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas desde 2010. Para tratamento, o SUS disponibiliza a somatotropina. O custeio dos procedimentos para diagnósticos de doenças raras é efetuado por meio do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (Faec) e repassado aos Estados, Distrito Federal e Municípios. ■

## NOVA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DA ASSEJUFE TOMAM POSSE PARA O BIÊNIO 2015/2017

Os novos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da Associação dos Servidores da Justiça Federal da 1ª Região (Assejufe) para o biênio 2015/2017 tomaram posse, no dia 16 de dezembro, em solenidade realizada na sede do Tribunal, em Brasília, conduzida pelo ex-presidente da Associação, Fernando Antônio de Mendonça Melo Júnior.

A nova diretoria será composta pelos seguintes membros: Ivani Moraes – presidente; Paulo Mousinho – vice-presidente, Márcio Albuquerque – diretor de Relações Públicas; Agamenon Torres – diretor de Assuntos Jurídicos; Maristela Resende – diretora social; Silvanildo Faria – diretor administrativo; José Galébio – diretor financeiro; André Maia – diretor de esportes e Jasiel Silva – diretor-secretário.

Compõem o Conselho Fiscal como membros titulares: Ionice Ribeiro, Carlos Tadeu, Marcos Dias, Maria Luiza e José Mário. Já os membros suplentes do Conselho Fiscal são Sônia Maria, Maria Auxiliadora e Ramon Pereira.

A Assejufe tem, dentre seus objetivos, o encargo de representar os interesses dos seus associados perante o TRF da 1ª Região e os demais órgãos das administrações pública e privada, além de promover a integração dos servidores do Tribunal e da Justiça Federal de 1º Grau da Primeira Região.

## ESMAF REALIZA II CURSO DE VITALICIAMENTO DE JUÍZES FEDERAIS SUBSTITUTOS

No dia 2 de dezembro, a Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf) deu início ao II Curso de Vitaliciamento de Juizes Federais Substitutos, aprovados no XV Concurso Público para Juiz Federal Substituto do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). O evento, que reuniu 54 magistrados, na sede da Esmaf, em Brasília, foi dividido em duas etapas, totalizando 60 horas-aulas.

Na abertura do evento, o diretor da Esmaf, desembargador federal João Batista Moreira, ressaltou que o curso de vitaliciamento, desenvolvido pela Escola, visa atender a uma exigência da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), tornando-se obrigatório no processo de vitaliciamento dos magistrados.

O desembargador declarou, ainda, que esta segunda edição do treinamento contou com uma novidade. "É o primeiro módulo do Curso de Vitaliciamento que foi dividido em duas etapas; esta primeira presencial com 20 horas até o dia 04 de dezembro e depois mais 40 horas por meio de ensino a distância, que é uma experiência nova que vamos estreitar na segunda etapa do Curso de Vitaliciamento, possivelmente no mês de fevereiro de 2016", explicou.

O II Curso de Vitaliciamento foi formulado a partir de questões levantadas pelos próprios juizes federais substitutos, que responderam a um questionário, elaborado pela Esmaf, apontando suas principais necessidades. O juiz federal em auxílio à Corregedoria Marcelo Albernaz, um dos membros que compõem a comissão de elaboração do curso, destacou que: "A capacitação permanente dos magistrados é imprescindível para que a prestação jurisdicional seja entregue ao cidadão de forma adequada, eficiente e célere. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região e a Escola de Magistratura, em particular, têm esse compromisso que está sendo reafirmado com este curso de vitaliciamento".

Ao encerrar, o juiz federal destacou os assuntos debatidos, durante o período, com os magistrados federais que tomaram posse no início de 2015 e que já estão em pleno exercício nas varas federais da 1ª Região há pouco mais de seis meses: "Nós temos entre os temas tratados o Novo Código de Processo Civil, cuja entrada em vigor está prevista para o início de 2016 e que vai impactar diretamente na tramitação dos processos judiciais; temos, ainda, a perícia criminal, que também é um assunto muito importante, principalmente para aqueles magistrados que atuam em varas de competência penal, e a gestão de pessoas, que está presente no dia a dia de todos os juizes; afinal, todos os magistrados, além da atividade jurisdicional de elaboração de sentenças e decisões, também têm a incumbência de coordenar uma equipe maior ou menor de servidores que os auxiliam nas atividades diárias".

Além do desembargador federal João Batista Moreira e do juiz federal Marcelo Albernaz, a mesa de abertura do evento foi composta pela juíza federal Vânia Cardoso André, membro da Comissão de Elaboração do Curso de Vitaliciamento dos Juizes Federais Substitutos.

## INICIADOS OS TRABALHOS PARA IMPLANTAR O PJe NA JUSTIÇA FEDERAL DO AMAZONAS

Foi implantado no dia 28 de janeiro, o Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) na Seção Judiciária do Amazonas (SJAM) e respectivas Subseções Judiciárias. Uma solenidade realizada na Seccional amazonense no dia 25 de janeiro, conduzida pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, desembargador federal Cândido Ribeiro, marcou o início dos trabalhos.

Em seu discurso, o presidente Cândido Ribeiro falou sobre a importância do novo sistema para a Justiça Federal da 1ª Região e destacou, como pontos fortes do PJe, a celeridade e a possibilidade da realização de trabalhos simultâneos em um mesmo processo. O presidente lamentou que a implantação esteja ocorrendo em um ano de corte orçamentário brutal, o que vai exigir muita criatividade para superar as dificuldades econômicas e financeiras que surgirão.

Em seguida, a diretora do foro da Seção Judiciária do Amazonas, juíza federal Marília Gurgel Rocha de Paiva e Sales, salientou que uma das principais contribuições do PJe para Amazonas será a acessibilidade, já que o estado tem peculiaridades geográficas que dificultam o deslocamento em algumas regiões. "O jurisdicionado do Amazonas poderá contar com as funcionalidades do PJe. De nossa parte, estamos comprometidos a somar todos os esforços para que o PJe seja uma plataforma de sucesso", disse a magistrada.

Compuseram a mesa de honra, além do presidente do TRF1 e da diretora do foro da SJAM, a presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, desembargadora Maria das Graças Alecrim Marinho e o procurador chefe da Procuradoria da República no Amazonas, Edmilson da Costa Barreiros Júnior.

Estiveram presentes no evento, ainda, os juizes federais da SJAM, Maria Lúcia Gomes de Souza, Marcelo Pires Soares, Marllon Sousa, Emmanuel Mascena de Medeiros, Mara Elisa Andrade e Aline Soares Lucena Carnaúba; a procuradora-chefe da Procuradoria da União no Estado do Amazonas, Livia Correia de Oliveira Cavalcanti Cunha, o procurador-chefe da Fazenda Nacional no Estado do Amazonas, Tibério Celso Gomes dos Santos, o diretor-geral do TRF1, Carlos Frederico Maia Bezerra; o diretor da Secretaria Administrativa da SJAM, Edson Souza e Silva, servidores da SJAM e outras autoridades.

**Implantação** - Às 10h (horário de Manaus/AM) ou 12h (horário de Brasília/DF) do dia 28 de janeiro, o Processo Judicial Eletrônico passou a ser utilizado na SJAM e em suas respectivas Subseções Judiciárias, abrangendo as classes processuais mandados de segurança cíveis (individuais e coletivos) e ações monitórias.

Com informações da SJAM



## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE IRECÊ COLOCA ACERVO EM DIA EM 2015

A Subseção Judiciária de Irecê/BA efetuou um balanço sobre suas atividades desenvolvidas de janeiro a novembro de 2015. O levantamento mostrou que foram realizadas 1.361 audiências de conciliação, instrução e julgamento presididas pelo juiz Gilberto Pimentel de M. Gomes Jr. Em audiências com a Caixa Econômica Federal (CEF), foi atingida a marca de 77% de conciliações.

Apesar do acervo total de 8.773 processos, em dezembro já não existiam mais processos sem tramitação com mais de 180 dias, diferentemente do quadro existente em janeiro de 2015, quando existiam 415 processos nesta situação. Durante o período foram prolatadas 3.354 sentenças e houve a migração de 2.133 Requisições de Pequeno Valor (RPV's), resultando no montante de R\$ 15.022.000,00.

Tudo isso foi possível graças ao grande empenho da equipe da Subseção composta pelos servidores e colaboradores.

Fonte: Subseção Judiciária de Irecê/BA

## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO/BA RECEBE CERTIFICADO DE QUALIDADE ISO 9001

O sistema de gestão da Subseção Judiciária de Paulo Afonso, na Bahia, recebeu, no final de dezembro de 2015, a certificação internacional ISO 9001:2008 pela "Prestação de Serviços Jurisdicionais no âmbito da Justiça Federal e do Juizado Especial". O atestado foi obtido depois da realização de consultorias e auditorias para verificação do cumprimento dos requisitos e dos padrões internacionais de qualidade em gestão.

De acordo com o diretor da subseccional baiana, juiz federal João Paulo Pirôpo, o certificado é um reconhecimento do trabalho desempenhado pela Justiça Federal que prima pela excelência de seus serviços. "O atendimento aos jurisdicionados, de forma satisfatória, com processos céleres, faz com que as pessoas reconheçam os serviços prestados pela Justiça Federal de Paulo Afonso", declarou Pirôpo.

O magistrado também avaliou que o projeto da Expedição da Cidadania, realizado, no mês de novembro, em parceria com a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), contribuiu para a obtenção da certificação ao demonstrar a preocupação da Justiça Federal em realizar ações de responsabilidade social que contribuam para a melhoria da eficiência dos serviços prestados.

O cumprimento do regulamento de certificação é controlado pela QS Zurich AG, com sede na Suíça. Para receber o certificado, a subseção passou por uma auditoria de três meses realizada pela instituição estrangeira.

Com informações da Ajufe

## JUSTIÇA FEDERAL DE BACABAL/MA REDUZ SEU ACERVO EM MAIS DE 11 MIL PROCESSOS

A Subseção Judiciária de Bacabal, no Maranhão, reduziu seu acervo processual em mais de 11 mil processos em 2015. Em 22 de janeiro de 2014, tramitavam na Vara Única de Bacabal apenas os feitos de competência dos Juizados Especiais Federais – um total de 20.363 processos. Em dezembro, o número de processos em tramitação era de 9.156, o que representou uma redução de, exatamente, 11.207 feitos.

O expressivo trabalho ganha uma dimensão ainda maior considerando-se o fato de que, durante o ano de 2015, foram distribuídos 5.474 processos, o que demonstra que, ao todo, 16.681 processos foram efetivamente baixados ou processados à via recursal.

Clécio Alves de Araujo, juiz federal diretor da Subseção, sintetizou as razões que levaram à expressiva redução do acervo: "O resultado é muito gratificante e mostra que, apesar de todas as adversidades, a Justiça Federal tem cumprido seu papel constitucional. Reduzir um acervo em 11 mil processos, em menos de um ano, num cenário de demanda cada vez mais crescente, é algo quase improvável. Dos aspectos que foram determinantes para que tivéssemos esta redução, posso destacar os seguintes: o trabalho árduo dos magistrados que atuaram na Subseção, com destaque para o Dr. Filipe Aquino, que, além de compartilhar da gestão da Vara, teve uma expressiva produtividade, com a prática de mais de quatro mil atos decisórios; a sistematização e simplificação de alguns procedimentos, como cortes de atos processuais desnecessários; o controle efetivo de prazos de intimação, trânsito e arquivamento, bem como uma pauta regular de audiências; o trabalho por metas setoriais: gabinetes, secretaria e protocolo. Ressalto, ainda, que o maior patrimônio do qual a Subseção dispõe e que proporciona resultados como esse é seu corpo técnico: servidores, estagiários e colaboradores comprometidos, integrados e motivados, verdadeiros artífices da realização da Justiça".

O magistrado destacou, ainda, o importante apoio que foi dado pela Direção do Foro da Seção Judiciária do Maranhão e pela Coordenação dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região (Cojef), que prestaram indispensável auxílio no desenvolvimento das atividades da Vara.

Até o dia 16 de dezembro, no âmbito do Juizado Especial Federal, foram proferidas 10.527 sentenças, 4.940 decisões interlocutórias e 9.311 despachos. Além disso, 3.270 audiências foram realizadas, e foram expedidas e autuadas no TRF da 1ª Região 2.670 Requisições de Pequeno Valor (RPVs), o que resultou no pagamento de R\$ 24.701.093,32 a diversos jurisdicionados.

Fonte: SSI/ Bacabal/MA

# Encerramento do ano

MISSA, EXPOSIÇÃO DE ARTESANATO E AÇÃO BENEFICENTE  
MARCAM AS FESTIVIDADES DE FINAL DE ANO NO TRF1

ABGAIL MELO/TS

O mês de dezembro é marcado pela celebração do Natal e pela expectativa da chegada de um novo ano. No Tribunal Regional Federal da 1ª Região, as comemorações foram iniciadas no dia 11 de dezembro com a tradicional Missa Natalina. A programação contou, também, com a Feira de Artesanato TRF Mix e com a entrega dos donativos arrecadados pela campanha “Árvore da Solidariedade”.

Todos os eventos foram organizados pela Assessoria de Representação e Programação Social (Asrep) do TRF1, abertos aos funcionários e também ao público externo.

**Missa de Natal** – A missa foi celebrada pelo cardeal da Arquidiocese de Brasília, Dom José Freire Falcão, no Espaço Pontes de Miranda, localizado no *hall* do Plenário do Edifício-Sede I, no Tribunal.

A solenidade foi aberta pelo desembargador federal aposentado Carlos Fernando Mathias: “Celebramos hoje, no TRF

da 1ª Região, antecipadamente, o Natal, o nascimento de Jesus Cristo - o Salvador (...). Com esta eucaristia, queremos, também, em ação de graças, colocar diante de Deus mais um ano de trabalho do Tribunal”.

Durante a missa, os cânticos, em latim, ficaram por conta do Coral Arautos do Evangelho, que encerrou a celebração com a melodia Noite Feliz, de Franz Xavier Gruber.

A celebração contou com a presença do presidente do TRF1, desembargador federal Cândido Ribeiro e esposa, Daniele Belo Ribeiro, dos desembargadores federais Mário César Ribeiro, Ítalo Mendes, Maria do Carmo Cardoso, Mônica Sifuentes, Marcos Augusto de Sousa e Gilda Sigmaringa Seixas; da juíza federal Adverci Rates Mendes de Abreu; do diretor-geral, Carlos Frederico Maia Bezerra, do secretário-geral, Deyr Junior; da diretora da Secretaria de Bem-Estar Social, Ionice de Paula Ribeiro, além de servidores, prestadores de serviço e estagiários.



PROFORME



PROFORME



LEONARDO COSTA

**TRF MIX** – A exposição foi realizada no túnel entre os Edifícios-Sede I e II, no período de 16 a 18 de dezembro, com o objetivo de oferecer aos servidores e colaboradores do Tribunal a oportunidade de comprar lembranças artesanais para seus parentes e amigos por ocasião das festividades natalinas. Segundo Marco Quevedo, da Asrep, a feira é uma maneira de o Tribunal abrir espaço para que artesãos ofereçam produtos de excelente qualidade e apresentem trabalhos que não se encontram em lojas de *shoppings*.

A feira reuniu produtos artesanais como bijuterias, peças de tricô e crochê, além de guloseimas como *cupcakes*, pães de mel e biscoitos natalinos. A feira contou com 30 expositores, entre artesãos registrados nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, profissionais indicados, além de servidores da Casa que se propuseram a mostrar seus talentos.

A artesã Silvone Passoni Silva teve a oportunidade de expor os produtos pela segunda vez e disse que percebeu um aumento nas vendas já no primeiro dia da feira. “Sou apaixonada por artesanato e aproveitei para unir essa paixão com a minha habilidade e fazer o que gosto (*patchwork*). Acredito que expor meus produtos aqui no Tribunal é uma excelente oportunidade para mostrar o meu talento e uma forma de gerar renda”.

Silvia Lopes, telefonista da Seção de Telecomunicação e Reprografia do Tribunal (Seter), aproveitou o horário de intervalo para comprar alguns produtos. “Gosto muito de trabalhos manuais; então, não poderia perder a oportunidade. Acredito que trazer estes produtos para serem expostos no ambiente de trabalho é muito bom, porque assim dá para conhecer coisas novas, valorizar o trabalho feito por estes artesãos e fazer compras. Eu até comprei uma bolsa e uma carteira feita de *patchwork*”.

**Árvore da Solidariedade** – De acordo com a Assessoria de Representação e Programação Social (Asrep), organizadora da campanha, a Árvore da Solidariedade é realizada desde que o Tribunal foi criado, há 26 anos, com o objetivo de arrecadar doações para instituições comprovadamente carentes, indicadas por magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviço.



FOTOS: RAMON PEREIRA



As doações foram recebidas no período de 16 de novembro a 17 de dezembro diretamente na Asrep e em Árvores de Natal montadas no *hall* dos elevadores dos Edifícios-Sede I, Sede II e Anexo I do Tribunal.

As doações da campanha de 2015 foram entregues no dia 18 de dezembro e atenderam a 125 crianças da creche Sonho da Criança, localizada em São Sebastião/DF. Além de alimentos não perecíveis, material de limpeza e escolar, livros, roupas e colchonetes, as crianças foram presenteadas com brinquedos entregues pelo Papai Noel.

O Coral *Habeas Cantus* também marcou presença e animou o evento beneficente entoando as canções natalinas “Cantai, é Natal”, “Natal Verde e Amarelo” e “Feliz Natal”, além de músicas de Luiz Gonzaga. ■



FOTOS: ASREP



RAMON PEREIRA



## Acesso garantido à justiça

TRIBUNAL INSTALA A PRIMEIRA UNIDADE AVANÇADA  
DE ATENDIMENTO DA JUSTIÇA FEDERAL  
DA 1ª REGIÃO EM TANGARÁ DA SERRA/MT

▼ LEONARDO COSTA/TS

O município de Tangará da Serra, localizado a cerca de 240 quilômetros de Cuiabá, em Mato Grosso, recebeu, no dia 18 de dezembro de 2015, a primeira Unidade Avançada de Atendimento (UAA) da Justiça Federal da 1ª Região, que terá competência para processar e julgar ações previdenciárias e de execuções fiscais dos moradores da região. O atendimento à população foi iniciado no dia 7 de janeiro.

A solenidade de implantação da UAA foi conduzida pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), desembargador federal Cândido Ribeiro, que abriu seu discurso agradecendo a todos pela presença e ressaltando que “a instalação da primeira unidade de

atendimento avançada da Justiça Federal em Tangará da Serra é a forma inicial de aproximação da Justiça com a população local”.

O presidente disse que existe uma pretensão de que a cidade tenha, no futuro, uma subseção judiciária da Justiça Federal. “O mais importante é que num curto espaço de tempo nós possamos trazer um juiz para Tangará, porque nossos juízes são lotados e residem nas sedes das seções judiciárias ou das subseções”.

Ao final do discurso, Cândido Ribeiro desejou a todos um Feliz Natal e um próspero Ano Novo, reiterando os votos de que em 2016 a Justiça Federal seja instalada em definitivo em Tangará da Serra.





FOTOS: LEONARDO COSTA

Prefeito de Tangará da Serra, Fábio Martins Junqueira; presidente Cândido Ribeiro; diretor do foro da SJMT, Roberto Luis Luchi Demo, e presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Paulo da Cunha, após o descerramento da placa inaugural

**UAA** – Criadas no âmbito da 1ª Região, por meio da Resolução Presi 21, de 9 de junho de 2015, as Unidades Avançadas de Atendimento da JF têm por finalidade garantir o acesso à Justiça Federal aos jurisdicionados residentes em localidades que ainda não contam com sedes da Justiça Federal.

Durante a solenidade de implantação da UAA, o diretor do foro da Seção Judiciária de Mato Grosso (SJMT), juiz federal Roberto Luis Luchi Demo, ressaltou que a unidade de atendimento na cidade vai beneficiar, principalmente, os jurisdicionados locais. “Vai facilitar o acesso do cidadão de Tangará da Serra à Justiça Federal, porque, até então, o segurado que queria pedir sua aposentadoria tinha que se deslocar até Cuiabá (...). Agora, com a inauguração desta Unidade Avançada, o cidadão não precisa ir até Cuiabá, viajar 240 quilômetros, é o juiz federal que vem aqui”, disse o magistrado.

Já o prefeito de Tangará da Serra, Fábio Martins Junqueira, classificou a chegada da Justiça Federal a Tangará da Serra como um “momento muito importante e esperado” por todos. “Somos uma cidade com uma população superior a 105.000 mil habitantes, com um número de empresas e órgãos dos mais variados que ensejam inúmeros problemas judiciais relativos à Justiça Federal”, declarou.

Além do presidente do TRF1, do diretor do foro da

SJMT e do prefeito de Tangará da Serra, o dispositivo de honra da solenidade teve a participação do presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador Paulo da Cunha; do senador da República Wellington Fagundes; do deputado federal Valtenir Pereira; do presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, vereador Romer Sator Yamashita; do diretor do foro da Comarca de Tangará da Serra, juiz de Direito Angelo Judai Júnior, e do presidente da Ordem dos Advogados dos Brasil, Subseção de Tangará da Serra, Josemar Carmerino dos Santos. Estiveram presentes no evento, ainda, o diretor-geral, Carlos Frederico Maia Bezerra; o secretário-geral da Presidência, Deyr Junior; a diretora da Secretaria Administrativa da SJMT, Brenda Sulialém; servidores da SMJT; militares e outras autoridades.

A UAA funcionará em prédio público, com área de 350 metros quadrados, cedido pela União e contará com a força de trabalho de dois servidores públicos do município de Tangará da Serra – um cedido e outro requisitado pela SJMT – e de quatro estagiários do curso de Direito.

As audiências, referentes aos processos que darão entrada no município de Tangara, serão realizadas pelos juízes lotados nas varas federais da Seção Judiciária de Mato Grosso a que forem distribuídos e, sempre que possível, poderão ser realizadas por meio de videoconferência. ■

9º

ENCONTRO NACIONAL  
DO PODER JUDICIÁRIO

BRASÍLIA/DF



## Novos objetivos

METAS PROPOSTAS PELO COMITÊ GESTOR DA ESTRATÉGIA  
DA JF SÃO APROVADAS PELO CNJ PARA 2016

LEONARDO COSTA/TS

Julgar um número de processos maior que o acervo de casos novos recebidos ao longo do ano será um objetivo a ser perseguido pelo Judiciário brasileiro e pela Justiça Federal. A meta, renovada para 2016, é uma das seis que terão atenção especial do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e da Justiça Federal, aprovadas no IX Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em novembro de 2015. Ao todo, oito metas foram traçadas para todo o Poder Judiciário, mas duas não se aplicam à JF.

A tarefa de colocar no papel os alvos a serem atingidos pela Justiça Federal em 2016, analisando os resultados de 2015 e verificando as possibilidades para o próximo ano, foi executada com afinco por uma equipe composta pelos gestores das áreas de Gestão Estratégica do Conselho da Justiça Federal (CJF) e dos cinco TRFs do País. Esse trabalho

foi submetido ao Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal (Cogest), composto pelos presidentes e diretores-gerais do CJF e dos TRFs, que o aprovou integralmente, em reunião realizada antes da abertura do encontro nacional. Na ocasião, o comitê debateu ajustes nas Metas 2 (celeridade) e 6 (ações coletivas) que, mais tarde, foram consolidadas e aprovadas no evento do CNJ.

A Meta 2 já previa o julgamento de 100% dos processos distribuídos há mais de cinco anos nas varas federais e nos TRFs, e há mais de quatro anos nos Juizados Especiais Federais (JEFs) e nas Turmas Recursais dos Juizados (TRs). Para 2016, contudo, o Cogest também propôs a liquidação de 70% das ações ingressadas há mais de quatro anos nas varas e tribunais regionais federais e ampliou esse percentual para 90% nos JEFs. "A meta se tornou ainda mais desafiadora", afirmou Maria Carolina Ribeiro, diretora da

Divisão de Planejamento Estratégico (Diple) do TRF1.

Já com relação à Meta 6, o comitê sugeriu uma flexibilização do texto para que haja viabilidade de atingimento do alvo em 2016. A edição de 2015 visava o julgamento de 100% das ações coletivas distribuídas há mais de três anos, em primeira instância, e há mais de dois anos nos TRFs. Diante do grande acervo de processos existente na Justiça Federal, no entanto, o prazo de julgamento dos feitos dessa natureza foi ampliado para quatro anos, tanto

no primeiro quanto no segundo grau. “Antes, a meta era inatingível”, revelou Maria Carolina.

Na reunião do Cogest também foram aprovados o Manual de Gestão de Projetos da Justiça Federal e o Referencial Metodológico de Gerenciamento de Processos de Trabalho da Justiça Federal. Além da diretora da Diple, participaram do encontro, representando o TRF da 1ª Região, o juiz federal Marcelo Albernaz, como membro substituto do presidente do TRF1 no Cogest, e a diretora-

META	2015	2016	Observação
<b>Meta 1</b>	<p><b>Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente</b></p>	<p><b>Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente</b></p>	<p><b>A Meta 1, criada e acompanhada desde 2009, se mantém em 2016.</b></p>
<b>Meta 2</b>	<p><b>Identificar e julgar, no ano corrente:</b></p> <p><b>No 1º e no 2º graus: 100% dos processos distribuídos até o quinto ano anterior ao ano em curso (até 31/12/2010)</b></p> <p><b>Nos JEFs: 100% dos distribuídos até o quarto ano anterior ao ano em curso (até 31/12/2011) e, pelo menos, 70% dos distribuídos até o terceiro ano anterior ao ano em curso (até 31/12/2012)</b></p> <p><b>Nas TRs: 100% dos distribuídos até o quarto ano anterior ao ano em curso (até 31/12/2011) e, pelo menos, 70% dos distribuídos até o terceiro ano anterior ao ano em curso (até 31/12/2012)</b></p>	<p><b>Identificar e julgar, no ano corrente:</b></p> <p><b>No 1º e no 2º graus: 100% dos processos distribuídos até o quinto ano anterior ao ano em curso (até 31/12/2011) e, pelo menos, 70% dos distribuídos até o quarto ano anterior ao ano em curso (até 31/12/2012)</b></p> <p><b>Nos JEFs: 100% dos distribuídos até o quarto ano anterior ao ano em curso (até 31/12/2012) e, pelo menos, 90% dos distribuídos até o terceiro ano anterior ao ano em curso (até 31/12/2013)</b></p> <p><b>Nos TRFs: 100% dos distribuídos até o quarto ano anterior ao ano em curso (até 31/12/2012) e, pelo menos, 70% dos distribuídos até o terceiro ano anterior ao ano em curso (até 31/12/2013)</b></p>	<p><b>A Meta 2 sofre as seguintes alterações:</b></p> <p><b>No 1º e no 2º graus, a primeira parte da meta permanece igual: julgar processos distribuídos até 5 anos. Cria-se uma segunda parte para que os TRFs julguem pelo menos 70% das ações distribuídas até 4 anos, tornando a meta mais desafiadora e a Justiça Federal mais célere.</b></p> <p><b>Nos JEFs, a primeira parte da meta permanece igual: julgar processos distribuídos até o quarto ano. Na segunda parte da meta, passa de 70% para 90% o percentual de julgamento das ações distribuídas até 3 anos, tornando a meta mais desafiadora e os JEFs mais céleres.</b></p> <p><b>Nas TRs, a meta permanece como era em 2015, sem alterações.</b></p>

-geral em exercício naquela data, Wânia Maríça Araújo Vieira, diretora da Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação (Secge).

No IX Encontro Nacional promovido pelo CNJ, outros temas – como a Estratégia Nacional do Poder Judiciário e do Processo Judicial Eletrônico (PJe), o futuro da Justiça brasileira e a saúde e qualidade de vida no trabalho – também foram debatidos pelos representantes dos 91 tribunais brasileiros, com a presença da diretora Maria

Carolina e do juiz federal Marcelo Albernaz. Além das seis metas nacionais que serão acompanhadas pelo CNJ ao longo de 2016, outras metas específicas da JF ainda serão definidas pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), que será responsável por acompanhar o cumprimento nas varas federais e nos cinco TRFs do País.

Confira nas tabelas as Metas Nacionais para 2016 e as modificações propostas pelo Cogest e aprovadas pelo CNJ para as Metas 2 e 6. ■

META	2015	2016	Observação
<b>Meta 3</b>	<b>Aumentar o percentual de casos encerrados por meio de conciliação</b>	<b>Aumentar o percentual de casos encerrados por meio de conciliação</b>	<b>A Meta 3 se mantém sem alterações, tendo em vista que o desafio é sempre superar os casos encerrados por meio de conciliação em relação ao ano anterior.</b>
<b>Meta 4</b>	<b>Identificar e julgar, até 31/12/2015 do ano corrente, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013</b>	<b>Identificar e julgar, até 31/12/2016 do ano corrente, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014</b>	<b>A Meta 4 se mantém inalterada, tendo em vista o macrodesafio proposto pelo CNJ que prioriza as ações de combate à corrupção e à improbidade administrativa.</b>
<b>Meta 5</b>	<b>Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente</b>	<b>Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente</b>	<b>A Meta 5 se mantém a mesma de 2015, tendo em vista o macrodesafio proposto pelo CNJ que impulsiona as ações de execuções cíveis.</b>
<b>Meta 6</b>	<p><b>Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente:</b></p> <p><b>No 1º grau: 100% das ações coletivas distribuídas até o terceiro ano anterior ao ano em curso (até 31/12/2012)</b></p> <p><b>No 2º grau: 100% das ações coletivas distribuídas até o segundo ano anterior ao ano em curso (até 31/12/2013)</b></p>	<p><b>Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente:</b></p> <p><b>No 1º grau: 100% das ações coletivas distribuídas até o quarto ano anterior ao ano em curso (até 31/12/2012)</b></p> <p><b>No 2º grau: 100% das ações coletivas distribuídas até o quarto ano anterior ao ano em curso (até 31/12/2012)</b></p>	<b>A Meta 6 precisou ser alterada em razão de que as ações coletivas são muito complexas, sendo necessário um maior prazo para julgamento.</b>



# Um plano para 2016 (ainda que com algum atraso...)

O ano de 2016 já começou. Como em todos os anos, muitos daqueles “planos de ano novo” vão começar a morrer nos próximos meses (ou já morreram), e, quando chegarmos ao final deste ano, o ciclo vai se repetir.

Organização financeira e pagamento de dívidas costumam ser temas recorrentes nesses planos de ano novo, talvez perdendo, em popularidade, apenas para os onipresentes “emagrecer” e “entrar em forma”. Aliás, esses planos de emagrecimento e *fitness* representam o famoso “projeto verão”, uma expressão que já virou até uma espécie de piada para representar aqueles projetos que jamais serão concretizados (quem sabe no verão de 2050...!).

Esses projetos, como o infame “projeto verão” ou os projetos de organização financeira, costumam, em sua grande maioria, falhar ou simplesmente acabam sendo abandonados por seus idealizadores. Isso acontece pois eles envolvem mudanças de hábitos, e mudar hábitos raramente é algo que não implica algum tipo de dor e/ou desconforto.

É preciso, na maioria dos casos, uma determinação e uma motivação sobre-humanas para concretizar esse tipo de plano. Muitas pessoas acabam descobrindo que a inconveniência de ter uma vida financeira “bagunçada” não é motivação suficiente para levá-las a superar a letargia.

Porém, tudo indica que 2016 será um ano diferente (no mau sentido). Enfrentamos um momento econômico particularmente desafiador, com o aumento do desemprego e a inflação voltando a “assombrar” os brasileiros. Em uma situação como essa, colocar a vida financeira em ordem pode deixar de ser simplesmente mais um “plano a não cumprir” para virar algo prioritário e, em alguns casos, até mesmo uma questão de sobrevivência.

Acredito que em 2016 a maior dificuldade econômica das pessoas será o aumento do desemprego. A inflação

faz um estrago respeitável no orçamento de indivíduos e famílias. O aumento dos juros e o encolhimento do crédito podem inviabilizar vários projetos. Porém, o desemprego é o problema econômico que afeta as pessoas da forma mais direta e impactante, pois representa uma cessação repentina da renda e, muitas vezes, num momento em que a pessoa pode estar sem reservas financeiras que lhe deem um certo “fôlego” ou, pior ainda, com dívidas pesadas.

Por isso, se for para fazer algum plano financeiro em 2016, minha sugestão é que o plano foque na renda – mais especificamente, na geração dela –. Não que os tradicionais planos de “organizar as contas” e “eliminar as dívidas” tenham perdido importância (pelo contrário!), mas a renda passa a ser o ponto de maior vulnerabilidade da maioria dos brasileiros.

Entre esses planos com foco no aumento e preservação de renda, destaco algumas ideias, como reforçar e aumentar a rede de contatos pessoais e profissionais (o famoso *network*), o desenvolvimento de fontes de renda alternativas e o desenvolvimento de habilidades e competências profissionais que possam deixar a pessoa mais empregável (ou com um risco menor de perda do emprego atual).

A perda de renda é, possivelmente, o maior desafio na gestão das finanças pessoais. Todas as boas práticas de planejamento e consumo consciente têm efeitos limitados se não houver renda, e é exatamente esse tipo de desafio que poderá estar mais presente ao longo de 2016.

Se for para escolher um plano financeiro para este ano, escolha um focado na geração e na proteção da renda. ■

\*Consultor e palestrante especializado em finanças, economia e negócios, André Massaro proferiu a palestra “Finanças em Tempo de Crise”, por ocasião da Semana do Servidor realizada na SJDJF

FEITO COM arte



# Universo Planetário

▼ EUNICE CALAZANS/TS

Desde criança, Nazaré Avelar tem a arte como boa companhia. Entre brincadeiras e pequenas pinceladas com as tinturas da mãe, Hélia Avelar, artista há 40 anos, notou que o envolvimento se aprimorava cada vez mais. Dessa forma, passou a criar uma ligação forte entre o que pintava e o que sentia.

Sempre trabalhou com a tinta a óleo sobre tela, material com alto teor tóxico. Em razão disso, durante a criação dos quadros, a artista disse que teve intoxicação e precisou parar a confecção das telas por um tempo. Porém, a produção foi finalizada com sucesso depois de quatro meses.

A mostra “Cores em Movimento” contém 12 quadros, que brincaram com a ilusão ótica de quem passou pelo Espaço Cultural do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no mês de outubro de 2015. Além disso, Nazaré afirma que seus trabalhos remetem à intuição e à arte abstrata.

Nascida em Goiânia, a autodidata, de 55 anos, trabalha com a pintura há 22. Entretanto, precisou dar uma pequena pausa na carreira para gestar e dar à luz seu único filho. Agora, declara estar firme e forte no retorno ao mundo da arte.

É a primeira vez que expõe seus trabalhos no TRF1. As obras já passaram pela cidade de Pirenópolis/GO, por Sobradinho/DF, pela Biblioteca Nacional de Brasília e pela empresa Datamec S/A, também na capital federal.

Inspirada no Impressionismo e nos traços e cores utilizadas por Vincent Van Gogh, Nazaré se diz muito contente com a experiência de expor no Tribunal.

Um fato curioso da mostra, que remete ao universo planetário, é a falta da assinatura da artista na frente do quadro. Isso ocorre porque, de acordo com ela, a assinatura na parte frontal das telas acaba interferindo nas peças expostas, que são cheias de detalhes. “Eu quero ser reconhecida de outras formas; pela maneira de pintar, pelas pinceladas e cores que eu uso, e não apenas pela minha assinatura”. O projeto futuro é a exposição de seus quadros em Paris/frança. ■

Contato:  
Nazaré.avelar@hotmail.com  
(61) 9124-9845



# POR aí



Explorando praia deserta



Praia de águas transparentes



Atracadouro



Concha-rainha



Força do vento



Ninhal





Point de mergulho



Imersão convidativa



Paliteiro de mastros



Reconhecimento da ilha

# Antilhas - Tobago

▼ POR EUVALDO PINHO\*/MC

**NOSSO CORRESPONDENTE EUVALDO PINHO INICIA 2016 APRESENTANDO AS PECULIARES PEQUENAS ANTILHAS, UMA CADEIA DE ILHAS CARIBENHAS COM BELAS PAISAGENS E COSTUMES DIVERSIFICADOS PELA INFLUÊNCIA DAS CULTURAS FRANCESA, INDIANA, CHINESA E ESPANHOLA. CONFIRA.**

As Pequenas Antilhas, ou ilhas caribenhas menores, são também conhecidas como Ilhas de Sotavento e formam uma cadeia de ilhas dispostas ao longo da extremidade oriental do Mar do Caribe, separando este do Oceano Atlântico, começando ao norte, no leste da ilha de Porto Rico, e terminando ao sul, ao largo da Venezuela. As Pequenas Antilhas são os picos de um arco de 18 vulcões com 700 km de extensão entre as placas tectônicas do Caribe e da América do Sul. Dentre muitas, conhecemos a ilha de Tobago, já mencionada, superficialmente, na edição de nº 25, de julho de 2012, para onde conduzo vocês agora com mais detalhes.

Zona pouco ou quase nada atingida pelos furacões, encontramos centenas de veleiros em busca de segurança e de manutenção, com mastros que lembram um grande paliteiro. Em Tobago, saboreamos a culinária "Creola", que tem influência das culturas francesa, indiana, chinesa e espanhola, com um prato típico conhecido como *Cook-Up* ou Pelau, semelhante à *paella* – que leva arroz, ervilhas, variedades carnes, como frango, rabo de porco e conserva

de peixe. Os escravos africanos deixaram a sua própria marca com a adição do inhamé a essa preparação que serve de guarnição ao “*Conghi*” (molusco frito), aos anéis de lula e aos camarões cozidos no leite de coco. Todas essas iguarias são servidas pelos simpáticos nativos, sem nenhum requinte, em restaurantes simples à beira-mar. Enquanto esperávamos o preparo, mergulhávamos nas praias locais de mínima extensão, somente alcançadas por pequenos barcos, em suas águas azuis transparentes.

Em um hotel à beira da praia, onde desfrutamos de um “*day use*”, o que me chamou muito a atenção foi um *Rolls-Royce* estacionado na frente do estabelecimento. Lógico que fui apreciar aquela obra-prima e “bisbilhotar” o que a máquina fazia por ali, fiquei sabendo que o carro pertencia ao hotel e que era usado no traslado dos hóspedes para o aeroporto. É muito luxo!!!!

Para conhecermos a ilha por terra, alugamos uma viatura adequada ao nosso bolso, um Suzuki estendido, que me deu muita dificuldade para dirigir, pois se tratava de modelo inglês, com volante do lado direito. Chegar às rotatórias exigia atenção pela quantidade de perigosos calcários (rocha constituída de carbonato de cálcio).

Como em todo o Caribe, lá também encontramos diversos “barcos-escola”: de navegação, de mergulho, movidos à vela, etc. Neles navegam alunos que de 10 a 15 dias aproveitam o percurso ao tempo em que aprendem, se exercitam e ainda executam toda a faxina de bordo. Naquelas embarcações não existe luxo, e os alunos, ao tempo em que aprendem a velejar, navegar e mergulhar, podem ao final da temporada estar aptos e credenciados nesses misteres.

Interessante e sábia a natureza, que mostra os caminhos para os peixes e para os animais alados que seguem para as pequenas e rasas ilhotas onde se abrigam de seus predadores. Ali nós encontramos dezenas daqueles animais, muitas vezes centenas de diversos tipos de peixes de tamanho pequeno, bem como grande quantidade de pássaros, inclusive muitos pelicanos que lá faziam seus ninhos.

De Tobago, partimos para outras ilhas pertencentes às Pequenas Antilhas, dando continuidade à nossa saga em que a rotina de manutenção, de reabastecimento e de novas descobertas nos impulsiona a ir sempre em frente para dar sequência “Por Aí”. ■

\*Euvaldo Pinho é servidor aposentado da JFBA e colaborador da revista  
Fotos e legendas do autor



Congelando imagens



Ilha desabitada



Entre nuvens



Foto pintura



Manutenção



Barcos-escola



É muito luxo



Mar do Caribe



Pôr do sol a bordo

# Perigo quase invisível

O RÁPIDO AVANÇO DO VÍRUS ZIKA NO BRASIL E A CONFIRMAÇÃO DE SUA RELAÇÃO COM CASOS DE MICROCEFALIA EM BEBÊS GERA PREOCUPAÇÃO E RATIFICA A IMPORTÂNCIA DO COMBATE AO AEDES AEGYPTI

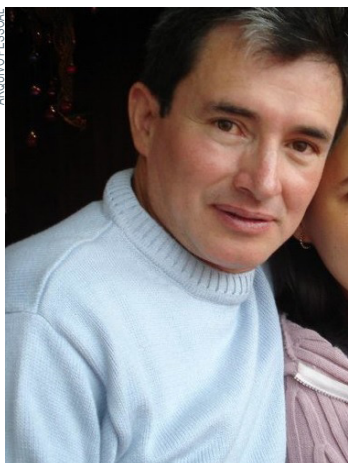
▼ ABGAIL MELO/TS

O Zika Vírus é transmitido pelo mesmo mosquito responsável pela transmissão da Dengue e da Febre Chikungunya, o *Aedes aegypti*. Além do vetor, o vírus tem outras semelhanças com essas doenças, como os sintomas que são febre alta, dores musculares, nas articulações e na cabeça e manchas avermelhadas na pele, podendo durar em média de dois a sete dias. Além disso, após uma crescente incidência na Região Nordeste do Brasil, foi confirmada a relação do Zika com a microcefalia em bebês cujas mães foram contaminadas durante a gestação.

A microcefalia consiste na má-formação congênita do cérebro, que não se desenvolve de maneira adequada. Neste caso, os bebês nascem com perímetro cefálico (PC) menor que o normal, que habitualmente é superior a 32 cm. Segundo o Ministério da Saúde, cerca de 90% dos casos de microcefalia estão associados a retardo mental, exceto em casos de origem familiar, situação em que as crianças podem ter o desenvolvimento cognitivo normal. O tipo e o nível de gravidade da sequela variam caso a caso.

A Síndrome de Guillain-Barré também está sendo estudada para saber qual a relação dela com o Zika. O infectologista Tarquino Erastides Gavilanes Sanchez (foto), professor

do Centro Universitário de Brasília (UniCeub), explica que o Zika pode causar outras doenças mais graves, sendo uma delas a Síndrome de Guillain-Barré. "Trata-se de uma doença autoimune que ocorre quando o sistema imunológico do corpo ataca parte do próprio sistema



ARQUIVO PESSOAL

nervoso. Isso leva à inflamação dos nervos e provoca fraqueza muscular. Como toda doença infecciosa, o Zika pode causar reações neurológicas e a Síndrome de Guillain-Barré, mas são casos raros".

O primeiro Boletim Epidemiológico de 2016 do Ministério da Saúde apresenta dados levantados até o dia 2 de janeiro. O levantamento aponta que foram notificados 3.174 casos suspeitos da doença em recém-nascidos de 684 municípios de 21 unidades da Federação. Pela primeira vez está sendo investigado um caso no estado do Amazonas, além de 38 óbitos de bebês com microcefalia possivelmente relacionados ao vírus Zika.

O estado de Pernambuco, o primeiro a identificar aumento de microcefalia, continua com o maior número de casos suspeitos (1.185), o que representa 37,33% do total registrado em todo o País. Em seguida, estão os estados da Paraíba (504), da Bahia (312), do Rio Grande do Norte (169), de Sergipe (146), do Ceará (134), de Alagoas (139), de Mato Grosso (123) e do Rio de Janeiro (118).

**Prevenção** – O infectologista Tarquino Sanchez esclarece que as medidas de prevenção contra o Zika vírus são semelhantes àquelas adotadas no combate à Dengue e à Chikungunya, mas o médico reforça as medidas:

- Evitar água parada em recipientes de plantas, calhas e pneus, e realizar a limpeza urbana adequada;
- Usar roupas de mangas compridas e fazer o uso de repelentes que sejam atestados pelo Ministério da Saúde e pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).





IMAGENS: INTERNET

## De onde veio a Zika?

No Brasil é uma doença nova, mas o vírus Zika foi verificado pela primeira vez em 1947, em Uganda, na África. Os macacos Rhesus estavam infectados por esse vírus. A primeira descrição de febre Zika em humanos ocorreu em 1954, na Nigéria. Desde então, casos esporádicos da doença têm sido descritos em países da África tropical e do sudeste da Ásia.

A entrada do vírus no Brasil ainda está sendo estudada, mas existem duas hipóteses: uma seria pelos turistas que vieram assistir à Copa do Mundo, em 2014, e a outra pelos atletas da Polinésia Francesa, que participaram de uma competição de remo no Rio de Janeiro, no mesmo ano. O vírus foi identificado no Brasil em abril de 2015.

Fonte: Ministério da Saúde

- Manter as janelas e portas fechadas, especialmente de manhã cedo e no fim da tarde ou colocar telas para dificultar a entrada dos mosquitos;
- As gestantes não devem se descuidar do acompanhamento pré-natal. Quem não está grávida, e pretende ter filhos é indicado esperar um pouco para engravidar, pois “não vale a pena correr o risco de entrar em contato com o Zika que está associado a complicações bastante graves”.

### CASOS SUSPEITOS DE MICROCEFALIA RELACIONADA AO VÍRUS ZIKA

UF	TOTAL NOTIFICADO		MUNICÍPIOS COM CASOS SUSPEITOS
	CASOS SUSPEITOS	ÓBITOS SUSPEITOS	
DF	2	0	1
GO	40	0	12
MT	123	0	13
MS	3	0	2
AL	139	0	51
BA	312	10	68
CE	134	1	41
MA	96	1	47
PB	504	5	99
PE	1.185	4	151
PI	48	1	20
RN	169	11	46
SE	146	5	39
AM	1	0	1
PA	33	0	8
TO	64	0	33
ES	32	0	11
MG	18	0	14
RJ	118	0	20
SP	6	0	6
RS	1	0	1
<b>Total</b>	<b>3.174</b>	<b>38</b>	<b>684</b>

## COMO PREVENIR



**Atenção aos sinais** – Como já foi dito, os sintomas do Zika vírus são muito semelhantes aos da Dengue e da Chikungunya, razão para redobrar a atenção. Os principais sintomas são:

- Febre alta;
- Hiperemia conjuntival (olhos vermelhos) sem secreção e sem coceira;
- Artralgia (dores em articulação) e exantema maculopapular (erupção cutânea com pontos brancos ou vermelhos);
- Dores musculares;
- Dor de cabeça;
- Dor nas costas.

Para o diagnóstico, o médico leva em conta os sintomas e o histórico do paciente. O infectologista Tarquino Sanchez explica que são três tipos de diagnóstico: “O epidemiológico, que é quando a pessoa apresenta os sintomas em uma localidade em que há vários casos registrados; o clínico, que é definido pelo quadro clínico geral, e o laboratorial, que é feito por exame sorológico”, explicou.

Em sua página na *internet*, o médico especialista em Oncologia e Imunologia Dráuzio Varella esclarece que há exames específicos para pesquisar a presença de anticorpos ou fragmentos dos vírus no sangue do paciente. Em determinadas situações, esses exames podem ser uma estratégia

importante para estabelecer o diagnóstico diferencial entre a Dengue e a Febre Chikungunya, doenças que apresentam quadro clínico semelhante.

Já quanto ao tratamento, segundo o Ministério da Saúde, não existe um procedimento específico, mas é recomendado o uso de medicamentos como o paracetamol ou a dipirona para o controle da febre e da dor. Não está indicado o uso de ácido acetilsalicílico e drogas anti-inflamatórias devido ao risco aumentado de complicações hemorrágicas, como ocorre com a Dengue. É indicado procurar um serviço de saúde para orientação adequada.

**Microcefalia** – Trata-se de uma condição neurológica rara que se caracteriza por anormalidades no crescimento do cérebro dentro da caixa craniana. Em geral, essa condição ocorre quando os ossos do crânio se fundem prematuramente e não deixam espaço para que o cérebro cresça sem que haja compressão das suas estruturas. A alteração pode ser congênita ou manifestar-se após o nascimento associada a outros fatores de risco (doença secundária).

Entretanto, na maioria dos casos, a microcefalia está ligada ao atraso no desenvolvimento neurológico, mental, psíquico e motor do bebê. A gravidade da condição pode variar de uma criança para outra e é mais frequente no sexo masculino.

## Mito ou verdade?

**ÓLEO DE CITRONELA FUNCIONA?** – Além de não ser recomendado pela OMS para combater o *Aedes aegypti*, há estudos que indicam que o óleo de citronela não tem eficácia contra o mosquito. Uma pesquisa publicada em outubro de 2015 na revista “*Journal of Insect Science*” comparou o desempenho de produtos à base de citronela e outros ingredientes naturais com aqueles à base de DEET. O resultado foi que produtos contendo citronela não tiveram nenhum efeito repelente significativo.

**VITAMINA B AFASTA MOSQUITOS?** – Não há nenhuma base científica que justifique o consumo de vitaminas do Complexo B para afastar mosquitos. Há, pelo contrário, estudos que comprovam que o uso desse recurso não tem qualquer efeito repelente.

Fonte: [g1.globo.com/bemestar](http://g1.globo.com/bemestar)

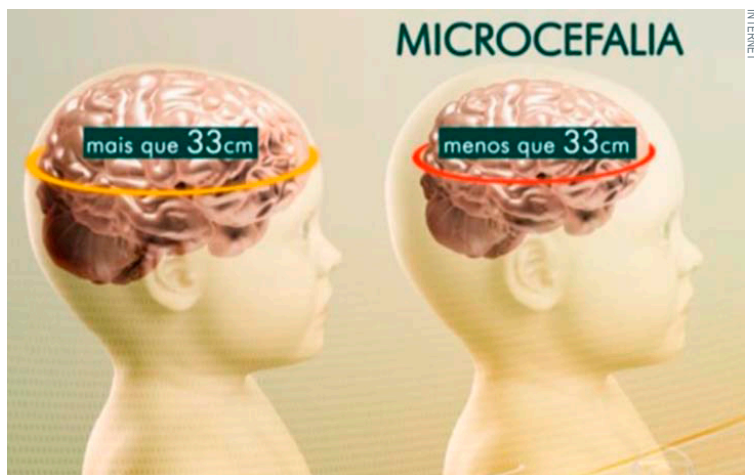
## Qual repelente usar?

Ainda há muita dúvida sobre como se proteger individualmente das picadas do *Aedes aegypti*, vetor de Dengue, Zika e Chikungunya. A grande variedade de repelentes disponíveis no mercado – só no Brasil, existem 122 com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) – faz a população se questionar se todos teriam a mesma eficácia contra o mosquito.

Quatro substâncias ativas:

- DEET (também conhecido como N,N-dimetil-meta-toluamida e N,N-dimetil-3-metilbenzamida)
- IR3535 (também conhecido como Ethylbutylacetylaminopropionate ou EBAAP)
- Icaridina (também conhecido como hidroxietil isobutil-piperidina carboxilato ou picaridina)
- Plantas do gênero *Cymbopogon* (citronela)

Fonte: Anvisa



O sinal mais evidente da microcefalia é o tamanho da cabeça, significativamente menor do que a cabeça de outras crianças do mesmo sexo e idade. Os portadores do transtorno apresentam perímetro craniano menor do que 33 cm ao nascer ou menor do que 42 cm ao completarem um ano e três meses e inferior a 45 cm depois dos dez anos de idade.

Esses valores mudam no caso de prematuros, de acordo com o tempo de gestação em que ocorre o parto. Outro sinal importante é que o cérebro das crianças portadoras de microcefalia geralmente apresenta partes lisas, em vez de saliências e reentrâncias que lhe conferem a aparência de uma noz.

Portadores de microcefalia podem apresentar, também, uma deformidade craniofacial característica do transtorno, resultado do descompasso que ocorre entre o crescimento do crânio e o do rosto, que se desenvolve normalmente. Como consequência, as crianças apresentam cabeça pequena, com o couro cabeludo solto e meio enrugado, testa curta e projetada para trás, face e orelhas desproporcionalmente grandes.

O diagnóstico da microcefalia é possível já durante o pré-natal e depois do nascimento. Quando o bebê nasce, o primeiro exame físico é rotina nos berçários e deve ser feito em até 24 horas. Este período é um dos principais momentos para se realizar a busca ativa de possíveis anomalias congênitas.

Exames de raios X, tomografia computadorizada, ressonância magnética, mapeamento ósseo e testes sanguíneos podem ser necessários para determinar a causa da má-formação e a conduta terapêutica melhor indicada.

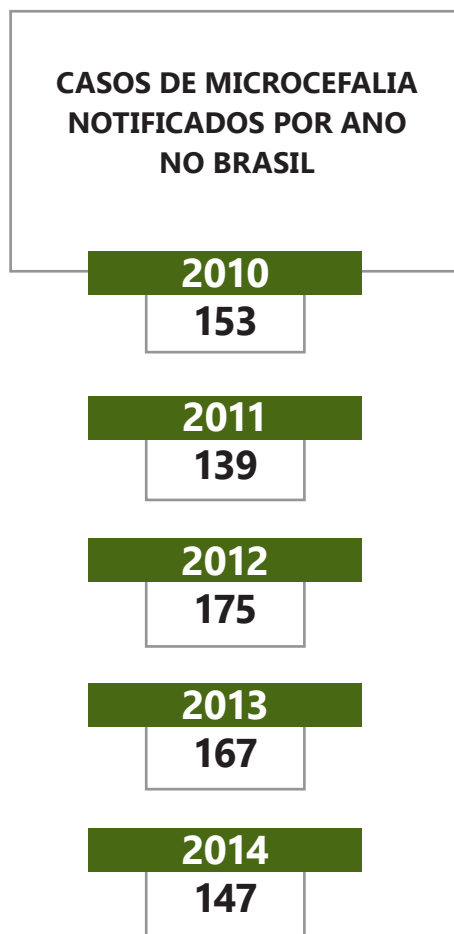
Até hoje, a microcefalia não tem cura. O objetivo maior do tratamento realizado é controlar as compli-

cações, estimular o desenvolvimento de habilidades e garantir melhor qualidade de vida para as pessoas que têm a má-formação. Mas é preciso contar com equipe multidisciplinar composta por médicos de diferentes especialidades, dentistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, e recorrer ao uso de medicamentos.

Em parte dos casos de fusão prematura das suturas dos ossos da caixa craniana, se diagnosticada precocemente, é possível realizar uma cirurgia para separá-los nas primeiras semanas de vida, como forma de evitar a compressão do cérebro que impede seu crescimento e provoca complicações mais graves.\*

O Ministério orienta às gestantes que mantenham o acompanhamento e as consultas de pré-natal com a realização de todos os exames recomendados pelo médico. O órgão reforça ainda a orientação de não consumirem bebidas alcoólicas ou qualquer outro tipo de droga, não utilizar medicamentos sem orientação médica e evitar contato com pessoas com febre ou infecções. ■

\*Fonte: drauziovarella.com.br



## BAHIA

### Juizes federais de três subseções determinam que hospitais municipais mantenham enfermeiros em tempo integral

▀ POR LUIZ CARLOS GOULART - SECOS/BA

Em diferentes ações civis públicas, movidas pelo Conselho Regional de Enfermagem da Bahia, juizes federais tiveram entendimento semelhante em relação à manutenção de enfermeiro durante todo o horário de funcionamento de hospitais.

Em Feira de Santana, a juíza federal da 1ª Vara do município, Karin Medeiros, determinou que fosse mantido enfermeiro no Hospital do Município de Itatim durante todo seu funcionamento para supervisionar as atividades de técnicos e auxiliares de enfermagem, sob pena de multa de R\$ 500 por dia.

As atividades de técnicos e auxiliares de enfermagem sem a supervisão do enfermeiro descumprem a Lei 7.498/86, que veda a esses profissionais a realização de suas atividades sem a supervisão de enfermeiro ante a ausência de formação acadêmica, o que pode resultar em prejuízos irreparáveis e danos à saúde pública.

Segundo a sentença, “é imprescindível, no interesse público evidenciado pela preservação da saúde pública e da própria vida humana, que seja mantido, em horário integral (diurno e noturno), um enfermeiro em toda e qualquer unidade hospitalar, de caráter público ou privado”.

Já em Ilhéus, em duas ações civis públicas contra hospitais dos municípios de Ubaitaba e Wenceslau Guimarães, o juiz federal substituto da Subseção Judiciária de Ilhéus, Wilton Sobrinho da Silva, condenou os réus a contratarem enfermeiros suficientes para que permaneçam nas instituições pelo menos um profissional de nível superior durante o período ininterrupto de seu funcionamento.

Os municípios justificaram a ausência dos profissionais em decorrência de sérias dificuldades financeiras que vêm atravessando, agravadas pela ausência de repasses de recursos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Entretanto, o magistrado manteve o entendimento de que “a presença do enfermeiro, durante todo o período de funcionamento da instituição de saúde, é medida imprescindível para a segurança do atendimento dos pacientes que utilizam os seus serviços”.

A juíza federal da Subseção Judiciária de Bom Jesus da Lapa, Danila Gonçalves de Almeida, seguiu a mesma linha em três diferentes ações civis públicas contra os municípios de Coribe, Boquira e Santa Maria da Vitória. A magistrada determinou que os respectivos hospitais municipais contratem enfermeiros em número suficiente para supervisionarem e orientarem a atividade de enfermagem nas 24 horas em que os hospitais prestarem o serviço hospitalar ao público, com as devidas anotações de responsabilidade técnica. ■

Números dos processos: 0023191-20.2011.4.01.3300; 0003545-44.2013.4.01.330; 0004976-21.2010.4.01.3303; 35552-69.2011.4.01.3304; 0006375-60.2011.4.01.3300; 0018325-66.2011.4.01.3300.



## BAHIA

### Juiz federal condena réus por imposição de trabalho escravo

▼ POR LUIZ CARLOS GOULART - SECOS/BA

O juiz federal da 2ª Vara da Subseção Judiciária de Vitória da Conquista, Fábio Stief Marmund, em ação penal promovida pelo Ministério Público Federal (MPF), condenou o proprietário e o gerente de uma fazenda pelo crime de redução de pessoas à condição análoga à de escravo. Os réus foram condenados a penas de 6 e 3 anos de reclusão e a 60 e 20 dias-multa.

Fiscais do trabalho encontraram na fazenda Sítio Novo, zona rural de Vitória da Conquista/BA, 26 pessoas submetidas, pelo proprietário e pelo gerente da fazenda, a jornadas exaustivas e a condições degradantes de trabalho.

Nenhum dos trabalhadores tinha carteira assinada ou qualquer documento de vínculo de emprego. A jornada de trabalho ia das 7h às 18h, com intervalo para alimentação entre meia e uma hora. Sendo uma plantação de café com 180 mil pés, seria necessária a contratação de aproximadamente 150 trabalhadores para atender a todas as etapas da colheita. Assim, aquelas pessoas estavam expostas à sobrecarga de trabalho e ao excesso de jornada.

Os empregados também não possuíam equipamentos de proteção (botas, luvas, capa e chapéu) e eram expostos a baixas temperaturas, entre 10° e 16°, ou a insolação excessiva. Nas frentes de trabalho não havia disponibilização de água, sanitário ou abrigos contra as intempéries. As refeições eram realizadas a céu aberto, com os trabalhadores sentados no chão, sem as mínimas condições de higiene, conforto e segurança. As necessidades fisiológicas eram satisfeitas no mato, sem qualquer segurança, privacidade ou higiene.

Nos alojamentos, as condições eram desumanas, sem cama, sem colchão nem lençóis; sendo os trabalhadores obrigados a dormir em camas improvisadas com tijolos, tábuas, papelão e em colchonetes que foram levados para a fazenda pelos próprios empregados.

Alimentos e objetos pessoais eram deixados no chão, ao léu, expostos à ação de insetos e de roedores. Pedacos de carne, destinados ao consumo pelos trabalhadores, foram encontrados no alojamento em estado de putrefação. A comida era preparada em cima de pedaços de tábua colocados diretamente no chão.

O magistrado destacou que “a conduta dos requeridos privou esses trabalhadores de direitos fundamentais mínimos. Logo, configura ofensa clara à dignidade humana, passível de punição”. O juiz ressaltou ainda que, diferentemente do quanto alegado pela defesa, o pagamento das verbas trabalhistas dos direitos que circundam o caso não elide a modalidade de condições degradantes.

O julgador ressaltou que: “não restou comprovada que a jornada praticada por esses trabalhadores – muito embora acima do que determina a legislação de regência – tenha configurado jornada exaustiva. A jornada de trabalho, embora cansativa para o homem de condições físicas normais, não ia além do que ordinariamente se verifica na zona rural. Nesta senda, não se pode concluir que a exposição de qualquer trabalhador a sobrecarga de trabalho e a excesso de jornada estaria fadada ao enquadramento no tipo penal que aqui se está discutindo”.

O magistrado lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) já se manifestara que, “para configuração do crime do art. 149 do Código Penal, não é necessário que se prove a coação física da liberdade de ir e vir ou mesmo o cerceamento da liberdade de locomoção, bastando a submissão da vítima a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva ou a condições degradantes de trabalho, condutas alternativas previstas no tipo penal”. ■

Processo nº: 0004915-46.2013.4.01.3307/BA

## GOIÁS

**Justiça Federal concede liminar que impede o controle de ponto dos procuradores do município de Goianésia/GO**

▼ POR SIMONE MEGGETTO DE CAMPOS - SECOS/GO

O juiz federal Eduardo Ribeiro de Oliveira deferiu o pedido de liminar proposto pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nos autos da ação ordinária movida contra o município de Goianésia/GO e determinou à parte ré que se abstenha de exigir o controle de ponto de seus procuradores municipais com atuação na área-fim, ou seja, em atividades típicas de peticionamento e representação do município-réu, consultoria jurídica, assessoria jurídica e/ou direção jurídica.

Na decisão, o magistrado argumentou que a instituição de controle de ponto eletrônico é incompatível com o trabalho exercido pelos procuradores. “Durante o expediente, o advogado público realiza, não raro, trabalhos externos, seja para comparecer a audiências, seja para representar a Administração, além das fronteiras do espaço físico que ocupa na seção de trabalho, entre outras hipóteses”, ponderou.

O magistrado afirmou ainda que “a submissão dos procuradores a ponto eletrônico de frequência desnatura a singularidade do ofício e promove restrição indevida da atuação do profissional”.

Assim, o julgador, com base na Súmula nº 9 do Conselho Federal da OAB e nos Decretos nºs 1.590/95 e 1.867/86, julgou de forma favorável o pedido da OAB e determinou ao município de Goianésia/GO que deixe de exigir o controle de ponto de seus procuradores. ■

Processo nº: 42253-86.2015.4.01.35000/GO



INTERNET

## TRF

### Rejeitado pedido de condenação a entes públicos por suposta falha no atendimento de paciente vítima de câncer

▼ POR JAIR CARDOSO - TRF1

A 5ª Turma do TRF da 1ª Região rejeitou o pedido de condenação da União, do Estado de Minas Gerais e do Município de Uberlândia ao pagamento de indenização, a título de danos morais, no valor de R\$ 60 mil, feito pelo espólio de uma paciente vítima de câncer em decorrência da prestação de serviços de saúde supostamente inadequados à paciente que teria ficado 16 dias sem receber tratamento apropriado, vindo a falecer posteriormente.

Narra a ação que no final de fevereiro de 2012 a mulher adoeceu, tendo sido submetida à ultrassonografia de abdômen em 20/03/2012; em 05/04/2012, foram realizados exames complementares, confirmando-se o diagnóstico de câncer renal; em 24/04/2012, após consulta médica, a paciente passou mal; foi internada no dia seguinte na Unidade de Atendimento Integrado (UAI), unidade Pampulha, quando foi cadastrada no SUSFácil a fim de ser transferida para hospital com leito de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI); desde então, foram feitas, sem êxito, buscas diárias por leitos de UTI; em 09/07/2012, a enferma teve o estado de saúde agravado, apresentando quadro de “pneumonia, insuficiência cardíaca congestiva e massa abdominal, de provável origem intestinal”, motivo pelo qual a UAI Pampulha requereu sua transferência para leito de clínica médica; por força de decisão proferida na cautelar da ação, a remoção da paciente aconteceu em 11/05/2012; o falecimento ocorreu em 11/07/2012.

Sob a alegação de injustificada demora no diagnóstico e de tratamento inadequado da paciente, a parte autora requereu a condenação dos entes públicos ao pagamento de indenização por danos morais em valor não inferior a R\$ 60 mil, sob a alegação de que a espera pelo atendimento “causou dor, sofrimento e angústia na paciente e em seus familiares”. Em primeira instância, o pedido foi julgado improcedente.

Na apelação, a parte autora sustenta que a paciente foi internada em Unidade de Atendimento Integrado do bairro Pampulha, sendo diagnosticado câncer renal, e como a Unidade não estava preparada para atendimento dessa natureza, os familiares requereram a remoção da enferma para um hospital da rede pública. Sem a transferência, e com o contínuo agravamento do estado de saúde da paciente, sua filha ingressou com ação cautelar, com pedido de liminar, e a remoção aconteceu em 11/05/2012, de modo que a paciente teria ficado sem o atendimento adequado por 16 dias.

Em seu voto, a relatora, juíza federal convocada Rogéria Maria Castro Debelli, ressaltou que as alegações da parte apelante não merecem prosperar, vez que os fatos narrados na petição inicial já demonstram a ausência de dano causado pelos entes públicos. Sustentou que os documentos acostados aos autos deixam claro que, assim que procurou a rede pública de saúde, a paciente recebeu a atenção possível, sendo submetida a diversos exames, a expensas do poder público. Os documentos, “lamentavelmente, ratificaram o diagnóstico de câncer renal em estágio bastante avançado”.

Ainda de acordo com a magistrada, “do início dos sintomas ao diagnóstico não decorreu prazo superior a um mês, e deste último, noticiado em 20/03/2012, até a data do óbito passaram-se pouco mais de três meses. Ao longo do período, a paciente realizou diversos exames, tendo sido internada em 25/04/2012, apenas um dia após o agravamento da doença. Apesar de relatado que foram exigidas maiores comprovações de diagnóstico para o início do tratamento, o prazo decorrido entre as primeiras consultas e a internação não se configurou, momento algum, abusivo”, afirmou.

A decisão foi unânime. ■

Processo nº: 0004864-02.2013.4.01.3803/MG

## TRF

## Nomeação e posse de candidato por força de decisão judicial não autoriza pagamento de remunerações retroativas

▼ POR JAIR CARDOSO - TRF1

A 5ª Turma do TRF da 1ª Região determinou a nomeação e posse de um candidato no cargo de Agente de Polícia Federal, porém sem o pagamento das remunerações e sem a averbação do tempo de serviço retroativo. A decisão reforma parcialmente sentença, do Juízo Federal da 3ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, que julgou extinto o processo, sem resolução de mérito, pela falta de interesse de agir (CPC, art. 267, VI), tendo em vista que o autor foi aprovado no concurso público e concluiu o curso de formação.

Em suas alegações recursais, o apelante aduz que, nos autos da Ação 2005.33.00.0017891-9, foi julgado procedente seu pedido de declaração de nulidade do teste psicotécnico, o que possibilitou o autor a prosseguir nas demais etapas do certame, pois foram satisfeitas as condições do edital.

Segundo o recorrente, depois do trânsito em julgado da sentença, em 5/11/2009, ele promoveu a execução da obrigação de fazer, tendo o Juízo de origem indeferido o seu pedido sob o fundamento de que não existia a obrigação de fazer, uma vez que não houve pedido de nomeação e posse na ação principal.

Ainda de acordo com o apelante, "há o interesse de agir, uma vez que foi aprovado no concurso público e foi realizado e concluído com aproveitamento o curso de formação". Nesses termos, a parte autora pleiteou a reforma da sentença a fim de que fosse determinada sua nomeação e posse no cargo.

Os argumentos apresentados pelo recorrente foram aceitos pelo Colegiado. "Nessas circunstâncias, não há dúvida de que tem o autor interesse de agir na demanda, uma vez que ainda não foi nomeado e empossado no cargo de Agente de Polícia Federal por ter o Juízo daquela demanda anterior, na fase de execução da sentença, considerado não existir a obrigação de fazer a ser cumprida", destacou o relator, desembargador federal Néviton Guedes, em seu voto.

O magistrado esclareceu que "não é necessário se aguardar o trânsito em julgado da ação, uma vez que não existe mais nenhum óbice à nomeação e posse do autor no referido cargo, considerando o trânsito em julgado da decisão proferida nos autos do processo 2005.33.00.0017891-9/BA, que garantiu ao ora apelante o direito de participar das demais etapas do concurso público".

Quanto à pretensão do requerente de serem reconhecidos os efeitos patrimoniais e funcionais retroativos a partir da data em que foram nomeados os candidatos com classificação inferior, o relator afirmou não assistir razão ao apelante, vez que a jurisprudência mais recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em consonância com a orientação emanada do Supremo Tribunal Federal (STF), entende que, "se a nomeação foi decorrente de sentença judicial, o retardamento não configura preterição ou ato ilegítimo da Administração a justificar uma contrapartida indenizatória".

Por fim, o magistrado destacou que "a nomeação e posse do autor, por força de decisão judicial, não autoriza o pagamento das remunerações nem a averbação do tempo de serviço retroativo, uma vez que a retribuição pecuniária exige a contrapartida da prestação do serviço, em consonância com o disposto no art. 40, *caput*, da Lei 8.112/90, nem justifica reparação com indenização".

A decisão foi unânime. ■

Processo nº: 0006851-21.2013.4.01.3400/DF



## PAPA PEDE QUE EUROPA SE MANTENHA ABERTA AOS MIGRANTES

O papa Francisco pediu aos governos europeus, no dia 11 de janeiro, que continuem a acolher os migrantes, como “um farol de humanidade”, apesar dos receios de segurança suscitados pelo fluxo inédito de pessoas.

Em discurso aos embaixadores acreditados no Vaticano, o papa disse que “os receios relativos à segurança são importantes e aumentaram consideravelmente com a crescente ameaça do terrorismo internacional”. O pronunciamento foi consagrado às migrações, no qual evocou “o grito” dos que fogem de “barbáries indizíveis” e da “miséria extrema”.



REPRODUÇÃO

A atual onda migratória “parece minar as bases desse ‘espírito humanista’ que a Europa ama e defende desde sempre”, afirmou, advertindo que isso não pode impedir o continente europeu de continuar a ser “um farol de humanidade”.

O papa Francisco criticou o “medo que leva a ver o outro como um perigo ou um inimigo”, que tem origem no “vazio de ideais” e na “perda de identidade, também religiosa, que o Ocidente conhece de forma dramática”.

Agência Lusa

11/janeiro/2015

## BRASIL E UE PROPÕEM NOVO MECANISMO DE MERCADO PARA REDUZIR EMISSÕES

**Paris** – O Brasil e a União Europeia (UE) propuseram na 21ª Conferência do Clima (CoP-21), em Paris, um novo mecanismo de mercado que amplia o chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Ele poderia ser utilizado por governos e empresas que queiram reduzir suas emissões investindo em projetos de desenvolvimento sustentável. Apenas os países que apresentaram seus planos de redução de emissões em números absolutos poderiam aderir ao novo mecanismo, batizado de Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável.

O Brasil, única economia emergente a atender a esse requisito, estaria apto a vender e comprar créditos de carbono. A restrição aos demais países seria uma forma de estimulá-los a estruturar suas metas (INDC) em valores absolutos.

Valor Econômico

08/dezembro/2015

## ÁCIDO FÓLICO EVITA AUTISMO, OBESIDADE E CARDIOPATIAS, INDICAM ESTUDOS

**Belo Horizonte** – No Brasil, 52% das mulheres engravidam sem planejar. O dado é da pesquisa Nascer no Brasil – Inquérito nacional sobre parto e nascimento –, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2014. Ou seja, mais da metade dos bebês do país não se beneficia do efeito protetor da suplementação periconcepcional (que antecede a gravidez) do ácido fólico, também chamado de vitamina B9. Isso porque a recomendação é que a dose diária de 400 microgramas (ou 0,4 miligrama) deva ser iniciada 30 dias antes da gestação e perdurar durante o primeiro trimestre de gravidez. O benefício do uso dessa vitamina do complexo B na prevenção contra defeitos do tubo neural (DFTN) – como a anencefalia, a espinha bífida e a encefalocele – já está bem documentado e consolidado em estudos que se iniciaram há mais de 50 anos. Novas pesquisas, no entanto, ampliam o efeito protetor da vitamina B9 para a saúde da criança.

Professor titular de Obstetrícia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Antonio Carlos Vieira Cabral cita que a suplementação do ácido fólico previne anomalias como o lábio leporino e a fenda palatina. “Além dos efeitos faciais, protege o feto das cardiopatias congênitas e das consequências negativas de fármacos que a mãe necessita usar durante a gestação – no caso de depressão e de epilepsia, por exemplo. Nessas situações, o ácido fólico antagoniza as ações desses medicamentos”, afirma.

Correio Braziliense

11/janeiro/2016





## POR QUE OPTEI PELO TRANSPORTE PÚBLICO

Já faz um ano que guardei o carro e passei a utilizar o transporte público. São estes os principais motivos: sou defensor da ecologia; passei a ter custos menores (no meu caso, de graça porque tenho direito ao passe livre como estudante); é antiestressante (não tenho a preocupação com vaga de estacionamento, artigo de luxo em Brasília); não preciso me preocupar com o trânsito, pois alguém dirige para mim; tenho um seguro antirroubo grátis (posso tirar esse peso da consciência). Uma decisão prática, coerente e inteligente nos dias de hoje. E, ainda por cima, não deixo de observar as paisagens, olhar as pessoas, interagir com elas.

Na verdade, não viajo mais sozinho, e outro dia fiquei mais atento ao perceber, por exemplo, o motorista parar o ônibus e descer para ajudar um deficiente físico. Bem no meio do veículo estava o elevador, que foi acionado para abaixar e permitir o acesso da cadeira de rodas. O cadeirante impulsionou sua cadeira e se posicionou para a subida. O motorista, então, apertou o botão até a cadeira subir totalmente. Esperou o passageiro sair. Depois repetiu a operação para descer o elevador e continuar dirigindo, sua principal função.

No transporte público que usei em Los Angeles, Califórnia, em 2006, o motorista apenas apertou um botão, e uma rampa repousou em "dez segundos" sobre a calçada. A operação hercúlea do motorista de ônibus daqui levou "sete minutos", mesmo porque, quando chegou a hora de o cadeirante descer, o elevador enguiçou levando o motorista a desistir da ultrapassada máquina e a pegar a cadeira nos braços com o cadeirante junto para colocá-los no chão. Detalhe: o ônibus tinha uma placa atestando a data da fabricação: ano 2013.

Apesar dos pesares, continuo feliz por tomar uma decisão inteligente e saudável e por fazer como em muitos países desenvolvidos que adotam transporte público de qualidade, livrando-me do preconceito e valendo-me dos meus direitos como cidadão.

Em pleno século XXI ainda pode nos causar surpresa que o Brasil não dê a mínima para isso. Entretanto, fora do nosso País muitas cidades levam a sério o respeito pelo ser humano. Quem sabe um dia poderemos nos orgulhar de utilizarmos o transporte público no Brasil! Será que vai demorar muito, ou isso nunca acontecerá? Quem saberia dar essa resposta? ■

\* Apresentador e locutor, servidor da Assessoria de Comunicação/TRF1

# PJeTRF1

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

O processo em  
**EVOLUÇÃO!**

## O Pje está chegando às Seções Judiciárias

O PJe é um sistema moderno, seguro e transparente que permite a prática e o acompanhamento de atos processuais em ambiente 100% virtual. Para acessá-lo é necessário o certificado digital.

Procure uma unidade certificadora ou acesse [pje.trf1.jus.br](http://pje.trf1.jus.br) para mais informações.

**PJe – O JURISDICIONADO GANHA, A JUSTIÇA SE FAZ!**



JUSTIÇA FEDERAL

Praça dos Tribunais Superiores  
SAS, Quadra 2, Bloco A  
CEP: 70070-900  
Brasília - Distrito Federal  
[primeiraregiaoemvista@trf1.jus.br](mailto:primeiraregiaoemvista@trf1.jus.br)  
[www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)